



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOICY OLIVEIRA FERNANDES**

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: UMA  
ANÁLISE SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM SÃO GONÇALO DOS  
CAMPOS**

CACHOEIRA-BA

2022

JOYCE OLIVEIRA FERNANDES

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE  
SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONSALO DOS  
CAMPOS-Ba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Aprovado em 04 de Julho 2022



Prof.ª Dra. Siêlia Barreto Brito - Orientadora  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof.ª Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Documento assinado digitalmente  
NELSON EUGÊNIO PINHEIRO MONTENEGRO  
Data: 25/07/2022 às 17:24:00h  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Prof.ª Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro  
Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A minha família em especial a minha irmã, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

A professora Sielia Barreto Brito, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e minha tia Neuza, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida.

**“Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém; ninguém for tão pobre que tenha de se vender a alguém.”**

**Jean Jacques Rousseau**

**RESUMO**

A Constituição Federal de 1988 introduziu mecanismos a fim de democratizar e incentivar a participação da sociedade na esfera pública. Entre estes instrumentos, a audiência pública propicia ao cidadão o debate e a elaboração de propostas com o gestor público municipal, construindo uma democracia mais participativa. Dessa maneira, o presente trabalho tem por finalidade analisar as audiências públicas no município de São Gonçalo dos Campos. Assim, espera-se contribuir para a construção de uma população mais participativa e efetiva nas Audiências Públicas no Município de São Gonçalo dos Campos.

**Palavras-chave: Audiência Pública, Administração Pública e Participação Popular.**

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 Da Administração Pública Societal.....</b>	<b>9</b>
<b>3 DOS PODERES DO ESTADO.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 O Poder Executivo.....</b>	<b>11</b>
<b>3.2 O Poder Judiciário.....</b>	<b>12</b>
<b>3.3 O Poder Legislativo.....</b>	<b>14</b>
<b>3.4 Das Funções do Legislativo.....</b>	<b>16</b>
<b>3.4.1 Função Fiscalizadora.....</b>	<b>16</b>
<b>3.4.2 Função Julgadora.....</b>	<b>17</b>
<b>3.5 O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.....</b>	<b>18</b>
<b>4 PARTICIPAÇÃO POPULAR E AUDIÊNCIA PÚBLICA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1 Audiência Pública.....</b>	<b>22</b>
<b>5 O PODER LEGISLATIVO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS.....</b>	<b>26</b>
<b>5.1 METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>5.2 Dos Resultados da Pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>5.3 A Relação entre a Sociedade e a Câmara de Vereadores.....</b>	<b>30</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>8 ANEXO 1.....</b>	<b>38</b>
<b>9 ANEXO 2.....</b>	<b>45</b>
<b>10 ANEXO 3.....</b>	<b>46</b>
<b>11 ANEXO 4.....</b>	<b>48</b>
<b>12 ANEXO 5.....</b>	<b>50</b>
<b>13 ANEXO 6.....</b>	<b>55</b>
<b>14 ANEXO 7.....</b>	<b>57</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

A democracia participativa prevê variadas formas de desempenho do cidadão na condução política e administrativa do Estado. A participação popular determina a efetiva participação da sociedade nos problemas e negócios de um país, as audiências públicas a exemplo não podem ser apenas definidas como um mero direito, mas sim como um verdadeiro poder de participação.

As audiências públicas como ferramenta para garantia de participação pública, nem sempre ocorre como o que é previamente estabelecido na lei de responsabilidade fiscal, quando a sociedade deixa de participar e conseqüentemente intervir nas audiências.

O enfoque deste trabalho é analisar o número de participação popular nas audiências públicas no município de São Gonçalo dos Campos. Foram analisadas sete audiências públicas sobre a situação irregular dos mototaxistas, segurança pública, serviços postais na cidade, assistência técnica para os pequenos agricultores e demonstração e avaliação de cumprimento das metas fiscais.

A pesquisa objetiva entender a relação entre os vereadores e os munícipes de São Gonçalo dos Campos. Por trabalhar na esfera legislativa é possível perceber a baixa frequência da comunidade nas audiências públicas, além de observar a significativa procura dos munícipes por soluções de problemas de interesses pessoais. Portanto, salienta-se a relevância de estudar e identificar as experiências na participação popular junto à Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos.

Uma análise quanto à participação popular, como descrita em Soares (2002, p. 3) que, “a realização de audiências públicas, como instrumento da participação popular na função administrativa é inerente ao Estado Social e Democrático de Direito”.

O trabalho estruturado em 5 capítulos pode contribuir para o avanço da democracia local, bem como uma reflexão sobre a baixa participação popular nas audiências públicas do município. Além de contribuir como fonte de análise a ser consultada pelos gestores em busca de subsídios para alcançar uma maior participação entre os munícipes de São Gonçalo dos Campos.

## **2. A Administração Pública Societal**

É possível analisar a estrutura do aparelho do Estado pós-reforma gerencial, e observar uma clara concentração do poder no núcleo estratégico, não se vislumbrando canais que permitam a infiltração das demandas populares, nem mecanismos para que ocorra o controle e a transparência esperados. Diante disso, emergiu o chamado Modelo Societal, com uma visão de gestão pública alternativa ao gerencialismo, apresentando ao setor público a necessidade de serem criados mecanismos que permitam maior transparência de seus atos e controle sobre seus agentes, oportunizando a implementação de políticas públicas que vão ao encontro das reais necessidades da sociedade, o que se constituirá em uma questão central. (PAULA, 2005).

Além de enfatizar o desenvolvimento da gestão social de estruturas e canais de participação pública, também enfatiza o desenvolvimento de uma experiência de gestão com foco nas necessidades do público-alvo, incluindo questões culturais e de participação.

[...] estava em curso um novo paradigma reformista: o estado-novíssimo-movimento-social, que rearticula o Estado e a sociedade, combinando a democracia representativa e a participativa [...]. Essa visão alternativa tenta ir além dos problemas administrativos e gerenciais, pois considera a reforma um projeto político e de desenvolvimento nacional (PAULA, 2005, p. 39).

A Administração Pública Societal se propõe a contribuir para a superação de alguns limites da gestão da administração pública gerencial. Esses limites visam a persistência do autoritarismo e do sistema patrimonialista, considerando que o processo decisório continua a ser um monopólio no centro da estratégia do Estado e das instituições administrativas e não garantindo participação da sociedade civil na tomada de decisões estratégicas e formulação de políticas públicas. A administração societal dá ênfase na participação social na estruturação de um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão.

A participação popular na gestão pública é o cerne da Administração Pública Societal, em que se propõe romper com a forma centralizada e autoritária de exercício do poder público, definindo-se uma esfera pública não estatal que

envolve a elaboração de novos formatos institucionais, possibilitando a cogestão e a participação dos cidadãos nas decisões públicas (PAULA, 2005).

Adicionalmente, embora a vertente societal priorize a dimensão sociopolítica da gestão, ela também faz suas incursões no domínio da dimensão institucional-administrativa na medida em que elabora novos arranjos institucionais e de gestão. No que se refere à dimensão econômico-financeira, trata-se de superar o paradigma econômico na condução da gestão pública, questão discutida no passado por Guerreiro Ramos (1983) quando propôs o paradigma econômico, esclarecendo que existem outras formas de organização para além das organizações econômicas, como é o caso das isonomias e fennomias, propondo a elaboração de um novo modelo de alocação dos recursos públicos para contemplá-las (PAULA, 2005, p. 47).

Para Paula (2005), a administração societal se insere na sociopolítica em que se enfatiza a participação social e a estruturação de um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho do Estado e o paradigma. Dessa maneira, a administração pública societal pode ser compreendida como uma administração, em que o gestor público leva a sua forma gerencial para comunidade, com um planejamento mais participativo, conhecendo a comunidade, seus interesses e suas necessidades, fazendo assim uma gestão mais participativa e democrática.

### **3 DOS PODERES DO ESTADO**

A separação de poderes sistematizada por Montesquieu no célebre “O espírito das leis”, publicado em 1748 ainda se aplica com grande impacto na sociedade moderna. A teoria clássica divide o país em três grandes poderes com diferentes funções atribuídas. Esses poderes são: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ferreira Filho (2007) descreve sobre a separação dos três poderes no seu curso Direito Constitucional:

[...] Esse compromisso foi teorizado por Locke, no segundo tratado do Governo Civil, que o justificou a partir da hipótese do estado de natureza. Ganhou ele, porém repercussão estrondosa na obra de Montesquieu, O espírito das leis, que o transformou numa célebres doutrinas políticas de todos os tempos [...] A “Separação de Poderes”, como se indicou acima, pressupõe a tripartição das funções do estado, ou seja, a distinção das funções legislativa, administrativa (ou executiva) e jurisdicional. Essa classificação que é devida a Montesquieu encontra, porém, antecedentes na obra de Aristóteles e Locke”. (FERREIRA FILHO, 2007, p 135.)

Montesquieu (2008), em sua obra "Do Espírito das Leis" publicada no ano de 1748, discorre uma proposta para dividir o poder do Estado em três poderes diferentes, quais sejam: Poder Executivo, responsável pela administração; Poder Legislativo, responsável por legislar e fiscalizar; e Poder Judiciário, responsável por julgar por meio da aplicação de leis nascidas no Legislativo.

### **3.1 O Poder Executivo**

O estado Brasileiro é composto por três poderes estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, que são o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O poder Executivo e Legislativo é eleito pelo povo, que pratica a ação do Chefe do Governo, e tem a função de legislar e o Poder Judiciário é aquele que deve julgar e pronunciar o direito no caso concreto que lhe é colocado. (BRASIL, 2014)

O Poder Executivo tem o encargo de governar o povo e administrar os interesses públicos, em conformidade com as leis previstas na Constituição Federal. É formado por órgãos de administração direta, que são os Ministérios,

assim é composta pelos órgãos diretamente ligados aos entes da federação: União, estados, Distrito Federal e municípios, e a indireta, como são as empresas públicas assim como órgãos descentralizados e autônomos, mas sujeitos ao controle do Estado.

O presidente é quem exerce o poder executivo, o anteprojeto constitucional tinha como objetivo incluir os Ministros de Estados como representantes do executivo que logo foi desaprovada pela assembleia constituinte, os ministros têm a função de auxiliares do presidente.

Portanto, o titular do exercício do executivo é o presidente da república, os ministros exercem atribuições provenientes assumindo papel de auxiliares do executivo, como diz a CF. “Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado”.

No Brasil, o Poder Executivo Municipal tem como autoridade o prefeito, designado por intermédio de eleições diretas, ele tem responsabilidades políticas e administrativas que se consolidam em atos de governo e se expressam na organização das atividades, ações e serviços municipais. (BRASIL, 2010)

O prefeito eleito junto com o vice-prefeito tem mandato de quatro anos. Por sua vez, quem exerce o poder legislativo na câmara municipal, são os vereadores eleitos por sistema de votação proporcional também possuem um mandato de quatro anos. É importante destacar que, o cargo de prefeito, vice-prefeito e parlamentares na eleição municipal, intervêm entre as legislaturas federal e estadual

### **3.2 O Poder Judiciário**

O Poder Judiciário, um dos poderes da União, está especificado no art. 2º, da Constituição Federal, o poder judiciário é independente e autônomo, assim possui como função típica a jurisdicional, sendo responsável pela jurisdição.

Segundo Masson (2016) as características da jurisdição são: a secundariedade, que é o cumprimento dos deveres e obrigações impostas pela ordem jurídica; a imparcialidade, que os magistrados devem atuar desprovidos de qualquer interesse particular sobre a lide; a substitutividade, o juiz substitui a vontade dos conflitantes pela dele; a inércia, o judiciário necessita de

provocação para se manifestar; a definitividade, solução definitiva do conflito e a unidade, a jurisdição é una.

O poder Judiciário interpreta as leis elaboradas pelo Legislativo e promulgadas pelo Executivo, aplicando-as e julgando os que não as cumprem. O Judiciário garante e defende os direitos individuais, dessa forma, promove a justiça e resolve todos os conflitos que possam surgir. Assim como os demais poderes, devem respeitar a Constituição Federal.

O poder judiciário é composto por juízes, desembargadores e ministros, de acordo com a competência em que atuam. Todos são denominados de magistrados, conforme o artigo 92 da Constituição:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal é o maior órgão do poder judiciário que tem a responsabilidade de guarda da Constituição brasileira, junto a ele existem tribunais superiores que dão apoio a essa função como o Superior Tribunal de Justiça que guarda o direito federal. Assim diz a Constituição Federal de 88 no art.101:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

É importante ressaltar que, o poder judiciário não possui âmbito municipal, e sim comarcas que correspondem ao território em que o juiz de primeiro grau irá

exercer sua jurisdição que pode compreender um ou mais municípios dependendo do número de habitantes e de eleitores. Existem varas, que são locais ou repartições onde os juízes executam suas atividades, além do Fórum que é o espaço físico onde funcionam órgãos do poder judiciário.

### **3.3 O Poder Legislativo**

O Poder Legislativo é um dos três grandes poderes do Estado que confere funções legislativas, ou seja, elaborar leis que regulam o comportamento do Estado, dos cidadãos e das organizações públicas e privadas. Na Constituição Federal de 1988 o Art 44 dispõe que o poder legislativo é exercido pelo congresso nacional composto pela câmara dos deputados federais e senadores. Ou seja, o poder legislativo é composto por duas câmaras também chamadas de bicameralismo.

Portanto, o sistema bicameral do Congresso Nacional é composto por duas câmaras: o Senado Federal que é chamado por Câmara Alta em quem seus membros são representantes do estado e a Câmara dos Deputados chamada de Câmara Baixa e seus membros representam o povo. As câmaras exercem funções diferentes, conforme fundamenta a Constituição Federal Brasileira de 1988 nos Art. 45 e 46:

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de Setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Já o senado é formado por representantes dos estados são eleitos de forma majoritária com mandato de 8 anos.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.(BRASIL,1988)

No que concerne às funções do Congresso Nacional, o art. 49 da Carta Maior traz a relação das competências exclusivas do Congresso, que são veiculadas por decreto legislativo, para o qual não é exigida a sanção presidencial.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentar do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

- XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;
- XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;
- XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. (BRASIL, 1988)

### **3.4 Das Funções do Legislativo**

A principal função que compete ao poder legislativo consiste no ato de legislar e fiscalizar o executivo. O poder legislativo exerce um papel de suma importância perante a sociedade, uma vez que atua como representante do povo trabalhando em prol dos interesses públicos.

Sua propriedade não se limita às sessões da câmara, tendo como atribuições a elaboração e revisão de leis que regulamentam a sociedade e garantem o funcionamento do Estado. Ao procurar uma solução viável, ele deve ser capaz de ver e ouvir a voz da sociedade a qualquer momento, e deve compreender muito bem todos os problemas da sociedade.

O papel da supervisão parlamentar é pioneiro na construção do próprio poder, como afirma Silva: “Em verdade, se formos buscar no recesso da história a explicação e os fundamentos do Poder Legislativo, poderíamos até dizer que todas as suas funções são funções de controle, porque ele se desenvolveu como órgão de representação destinado a controlar o poder do soberano.” (SILVA, 2010, p. 139).

#### **3.4.1 Função Fiscalizadora**

Segundo a Constituição de 1988, Art.30 faz parte também da responsabilidade típica dos parlamentares, fiscalizar as ações promovidas pela administração pública, direta ou indireta. Essa função está relacionada ao controle parlamentar, ou seja, ao poder legislativo de fiscalizar as atividades do Executivo e sua atuação administrativa. A Constituição Federal garante o direito de fiscalização aos vereadores no art. 31: "Art. 31. A fiscalização do

Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei."(BRASIL,1988)

Para Montesquieu (1998) o poder do Estado deveria dividir-se em funções específicas, atribuídas a órgãos independentes (independência orgânica), possibilitando a limitação do poder em razão da sua incompletude. Em outras palavras, o poder era limitado pelo próprio poder, de forma que não seria mais absoluto. (MONTESQUIEU, 1998).

O poder legislativo fiscaliza o executivo através de requerimentos oficiais, audiências públicas, e através das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) essas são uma das formas de o Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. Outras propostas de fiscalização são os Comitês da Comissão Mista do Orçamento, a convocação de Ministros e os pedidos de informação a órgãos da administração pública.

### **3.4.2 Função Julgadora**

O poder legislativo possui funções atípicas como a função administrativa e julgadora, nas suas funções administrativas, a casa legislativa gera o seu próprio orçamento público, bens e pessoal que lhe são atribuídos. O presidente da câmara e a mesa diretora têm a responsabilidade de controlar esta organização administrativa e tomar todas as medidas necessárias para que os trabalhos legislativos prossigam normalmente. De referir ainda que o poder legislativo exerce esta função na organização dos seus serviços, nomeadamente na formação de conselhos de administração ou mesmo na qualidade de membros de comissão permanente.

Outra função atípica atribuída aos membros é a de conduzir julgamentos no exercício de funções judiciais, pois além dos próprios membros do julgamento, a câmara municipal também deve processar e julgar o prefeito e os vice-prefeitos por crimes de responsabilidade, incluindo o presidente da câmara municipal. Nesse momento, quanto às situações apontadas na Constituição Federal, Lei Orgânica e legislação aplicável, bem como quando a Câmara Municipal emite julgamentos sobre as contas do poder executivo municipal, sempre considerando o parecer prévio do Tribunal de Contas.

### 3.5 O Poder Legislativo Municipal

No Legislativo municipal, o poder é desempenhado pela Câmara de vereadores, os mesmos são eleitos pelo povo, para um mandato de quatro anos, de acordo com as normas, regras gerais das constituições federal e estadual. O método legislativo municipal segue as linhas federais e estaduais, com as suas necessárias adaptações.

Segundo Silva (2006, p.110), não há uma independência absoluta e nem uma divisão total das funções dos poderes. Existe uma interferência que estabelece um sistema de freios e contrapesos, que busca o equilíbrio entre os poderes, que evita o arbítrio e o desmando de um em relação ao outro.

A Câmara de Vereadores, composta por cidadãos eleitos pelo povo, os quais atualmente possuem mandatos de quatro anos. O número de vereadores em cada município é fixado pela Constituição Federal, seguindo critérios proporcionais com o número de habitantes (SILVA, 2006).

Meirelles (2003) ressalta que, uma Câmara de Vereadores é administrada pela mesa diretora, que executa as deliberações do plenário e expede os atos de administração interno e de pessoal, sendo representada e dirigida pelo presidente, que faz a condução dos trabalhos e se relaciona com os outros órgãos e autoridades, e pratica atos específicos de promulgação de leis e decretos legislativos.

A principal função da Câmara Municipal é a normativa, em que regula o comportamento das autoridades municipais e dos residentes em relação aos interesses locais. Meireles estabelece que:

"A Câmara não administra o município, estabelece apenas normas de administração. Não executa obras e serviços, dispõe sobre sua execução, não governa o município, mas regula e controla a atuação governamental do Executivo, personalizado no Prefeito. Ela exerce o desempenho normativo e o prefeito a função executiva" (MEIRELLES, 2006, p. 605).

Quem exerce o poder legislativo na câmara municipal, são os vereadores eleitos por sistema de votação proporcional também possuem um mandato de quatro anos. É importante destacar que o cargo de prefeito, vice-prefeito e

parlamentares na eleição municipal, intervêm entre as legislaturas federal e estadual.

Os órgãos municipais, inclusive a câmara, são organizados de acordo com a Lei Orgânica em que devem ter como base a Constituição Federal. A Lei Orgânica Municipal pode ser compreendida como a Carta Magna do município, uma vez que prevê as regras básicas referentes à estrutura do poder político local, baseado nos princípios da Administração Pública; normas sobre processo legislativo; serviços públicos e regime jurídico de servidores públicos municipais.

O número de vereadores é registrado na Lei Orgânica do município. No entanto, devem seguir a orientação da Constituição Federal, que estabelece no seu art. 29, inciso IV, os números máximos entre 9 a 55 vereadores para cada município. O número de vereadores de cada casa legislativa deve ser relativo à sua população como diz o art.29, inciso IV da Constituição Brasileira.

Há outro ato normativo para o desempenho das atividades da câmara municipal conhecido como Regimento Interno, uma resolução que regula uma série de regras sobre a organização e funcionamento da casa legislativa. De acordo com o disposto na Lei de Orgânica Municipal e seu regimento interno, a Câmara Municipal está dividida em vários organismos com competências específicas.

É importante notar o Plenário que é um órgão que reúne todos os vereadores e constitui o órgão máximo de decisão da Casa; a Mesa é um órgão composto por vereadores eleitos, responsável pelos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal; e as Comissões que são órgãos colegiados temporários ou permanentes responsável por analisar as propostas legislativas, conduzir investigações e acompanhar o Poder Executivo em suas áreas de atuação.

Os órgãos colegiados apresentam seus presidentes e vice-presidentes, eleitos pelos vereadores, o presidente da câmara gere o Plenário e a Mesa. Os presidentes também são os responsáveis pela direção dos trabalhos, conteúdo das pautas, ordem de votação, concessão da palavra aos vereadores além manutenção da ordem pública nos recintos de deliberação.

Em virtude do princípio constitucional da publicidade, mencionado no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, a norma é a de que todos os trabalhos, sendo

eles os legislativos, fiscalizatórios e administrativos de uma casa legislativa devem ser abertos ao público, dentro das capacidades físicas dos locais em que se ocorrem as reuniões e sessões. Somente em casos de exceções em que exista algum fundamento constitucional que exija sigilo, é possível restringir o acesso e a publicidade dos trabalhos e dos votos enunciados.

#### **4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

A Constituição Federal de 1988 em seu Art IV estabelece avanços para a participação popular no Brasil por meio de novos mecanismos institucionais, tais como: o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Assim, a Constituição buscou garantir as bases legais para a participação da sociedade civil na deliberação de assuntos de seu interesse e na definição de políticas públicas tornando possível a combinação da democracia representativa com formas de participação popular. Para construir parcerias, são criados espaços institucionais e formas de organização e manifestações de engajamento social, como conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc.

A participação popular corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores e lutas sindicais. (GADOTTI, 2014)

Para Britto (1992) afirmar que o controle popular do poder é forma de exercício dos direitos de liberdade, ou de cidadania, é considerá-lo enquanto direito público subjetivo; isto é, um direito referido a um sujeito privado, expressamente adjetivado como indivíduo, cidadão, nacional, trabalhador, adolescente, criança, porém com a particularidade de que o seu exercício ópera às custas do Poder Público.

Dessa maneira, a participação popular é de uma certa forma um instrumento de controle social, no entanto, o controle social é um direito e não um poder. Assim pontua Britto (1992)

“Numa palavra, a participação popular não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas obriga o Estado a elaborar o seu Direito de forma emparceirada com os particulares (individual, ou coletivamente). E é justamente esse modo emparceirado de trabalhar o fenômeno jurídico, no plano da sua criação, que se pode entender a locução "Estado democrático" (figurante no preâmbulo da Carta de outubro) como sinônimo perfeito de "Estado participativo". (BRITTO, 1992, p.121).

## 4.1 Audiência Pública

A audiência pública tem origem no direito anglo-saxão, fundamentado no direito inglês e no princípio de justiça natural, e no direito norte-americano, ligada ao princípio do devido processo legal.

Conforme o dicionário Aurélio, audiência é “recepção dada por uma autoridade a pessoas que lhe pretendem falar”. Já a palavra público é referente ao povo ou até mesmo ao interesse público. Assim, audiência pública manifesta-se a priori como uma troca de informações com livre acesso mediante conferência entre o povo e autoridade sobre assuntos do interesse público.

De acordo com Soares (2002), audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia ao particular a troca de informações com o administrador, bem assim o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal em sentido substantivo. Seus principais traços são a oralidade e o debate efetivo sobre matéria relevante, comportando sua realização sempre que estiverem em jogo direitos coletivos. Soares (2002) define audiência pública como instrumento de participação que leva a uma tomada de decisão política:

Audiência pública é um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência. Cuida-se de uma instância no processo de tomada da decisão administrativa ou legislativa, através da qual a autoridade competente abre espaço para que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos dessa decisão tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo. É através dela que o responsável pela decisão tem acesso, simultaneamente e em condições de igualdade, às mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados. Tais opiniões não vinculam a decisão, visto que têm caráter consultivo e a autoridade, embora não esteja obrigada a segui-las, deve analisá-las segundo seus critérios, acolhendo-as ou rejeitando-as. (SOARES, 2002)

Soares (2002) ainda ressalta que, na administração pública a audiência pública é um instrumento de conscientização comunitária em que funciona como veículo para a legítima participação dos particulares nos temas de

interesse público. Sendo assim, é mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais.

Segundo Moreira Neto (1992) a audiência pública se caracteriza pela formalidade de seu processo e pela eficácia vinculatória de seu resultado. Para Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1992), a audiência pública é definida como:

[...] um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual. (p. 129)

A realização de audiências públicas está estreitamente ligada à prática democrática. Soares (2002) salienta que, o exercício do poder pelo povo e para o povo é assegurado pelo princípio democrático que gera além dos direitos de elaboração legislativa, os direitos participativos.

Nesse sentido Moreira Neto (1992) ressalta que o instituto da audiência pública é um processo administrativo de participação aberto a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando ao aperfeiçoamento da legitimidade das decisões da Administração Pública, criado por lei, que lhe estabelece a forma e a eficácia vinculatória, pela qual os administrados exercem o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a decisões de maior aceitação consensual.

Para a realização da audiência pública é necessário observar a relevância da questão, reconhecendo essa importância através do interesse coletivo. Cabe à autoridade responsável pela decisão verificar a relevância da questão e instituir a audiência pública.

Podem ser convocadas pelo poder Executivo, Legislativo ou Ministério Público e ocorrem no nível municipal, estadual ou federal. A população pode solicitar aos seus representantes a realização de Audiências Públicas para debater questões polêmicas e resolver conflitos (POLIS, 2005).

Destaca-se que a audiência pública prevista no art.32 da Lei nº 9.784/1999 não tem caráter compulsório, visto que sua realização fica a critério da autoridade administrativa, uma vez detectada a relevância da matéria. Mas se entendida necessária, deve ser cumprida efetivamente, prezando-se pela oralidade e debates que caracterizam o mecanismo de participação popular e controle. (SOARES, 2002)

Por meio da realização dessas audiências é garantido os direitos dos cidadãos, que são o direito de ser ouvido, de poder opinar, de modo eficaz, especialmente a respeito das questões que interessam à coletividade.

No que concerne aos participantes, Soares (2002), diz que:

A participação na audiência pública pode se dar de forma direta ou indireta. No primeiro caso, tem-se o próprio particular, pessoalmente, em nome próprio, a comparecer e expor sua opinião, debater e aduzir razões sobre a matéria relevante e de interesse geral. No segundo, quem participa é organização ou associação legalmente reconhecida (p.268)

Sendo assim, podem participar das audiências públicas todos que tenham interesse, bem como interesse coletivo. Enfim, a sociedade civil, ONGs, partidos políticos, pessoas públicas, etc. podem comparecer às audiências públicas.

De acordo com Moreira Neto (1997), a participação administrativa, especificamente, apresenta três institutos afins: a coleta de opinião, o debate público e a audiência pública. A coleta de opinião é um processo de participação administrativa aberto a grupos sociais determinados, identificados por certos interesses coletivos ou generalizados, visando à legitimidade da ação administrativa pertinente a esses interesses, formalmente disciplinado, pelo qual o administrado exerce o direito de manifestar sua opção, orientadora ou vinculativa, com vistas à melhor decisão do Poder Público.

Para Neto (1997), o debate público, por sua vez, é um processo de participação administrativa, aberto a indivíduos e grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinado, pelo qual o administrado tem o direito de confrontar seus pontos de vista, tendências, opiniões, razões e opções com os de outros administrados e com

os do próprio Poder Público, com o objetivo de contribuir para a melhor decisão administrativa.

Por fim Neto (1997) acrescenta que, a audiência pública, integraliza às características dos dois institutos anteriores um maior rigor formal de seu procedimento, tendo em vista a produção de uma específica eficácia vinculatória, seja ela absoluta, obrigando a administração a atuar de acordo com o resultado do processo, seja relativa, obrigando a administração a motivar suficientemente uma decisão que contrarie aquele resultado.

Dessa forma, pode-se dizer que a audiência pública é um importante instrumento de controle, participação popular e cidadania, visto que é um mecanismo de orientação no processo administrativo para a tomada de decisão. Além disso, a audiência pública é um espaço de democracia participativa reconhecido e garantido por lei.

É por meio das audiências que grupos e indivíduos expressam pontos de vista e necessidades diretamente a gestores públicos. Assim, colabora para melhorar o trabalho do poder público e traz mais poder à sociedade civil.

## **5 O PODER LEGISLATIVO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS-BA.**

São Gonçalo dos Campos é um município brasileiro do Estado da Bahia, localizado na região metropolitana de Feira de Santana, a 108 km de Salvador, capital baiana, sua população é estimada em 38.315 habitantes (IBGE.2021). Emancipado em 28 de julho de 1884, o município é popularmente conhecido como Cidade Jardim, pelo seu número de praças e jardins, além de uma arborização centenária. Atualmente o prefeito de São Gonçalo dos Campos é Tarcísio Tôrres Pedreira, vice-prefeito Rafael Mendes.

É em São Gonçalo dos Campos que está instalada a Menendez & Amerino, maior fabricante de charutos do Brasil detendo 70% do mercado nacional. A renda do município também está voltada diretamente à avicultura, sediando empresas como a JBS FOODS e a Gujão Alimentos. A economia do município ainda conta, dentre outras empresas, com a indústria de tintas automotivas do Nordeste, a Alquimia Tintas (Ultra Color), além do Centro de Distribuição do Grupo O Boticário.

O Poder Legislativo do município de São Gonçalo dos Campos é exercido pela Câmara Municipal composta de 13 vereadores em conformidade com a legislação pertinente, cada legislatura tem duração de 4 anos.

A Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos foi fundada em 28 de junho de 1981, sua sede está localizada na Avenida Haníbal Pedreira, S/N. A Câmara de Vereadores de São Gonçalo dos Campos possui um quadro que conta com 13 vereadores, sendo 12 homens e uma mulher, presidida até então pelo vereador Josué Oliveira (PP).

A Câmara de vereadores se reúne em sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, conforme seu Regimento Interno, as sessões ordinárias acontecem em um prédio destinado para seu funcionamento. As sessões são públicas, salvo deliberação em contrário de dois terços dos vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

A Câmara Municipal regulamenta e convoca as audiências públicas visando a discussão dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos, conforme estabelecido em Lei Complementar Federal (LC 101/2000), regulada

em Lei Complementar Municipal, tendo o Chefe do Poder Executivo que participar pessoalmente ou se fazer representar através dos seus secretários de governo.

Conforme a Lei Orgânica do município de São Gonçalo dos Campos (Art. 85-A), até o final de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal.

## **5.1 METODOLOGIA**

Esta pesquisa caracteriza-se como uma análise de produto da natureza qualitativa que utiliza o método de investigação interpretativo do objeto de estudo e observação direta. É um trabalho que buscou enfatizar a participação da sociedade civil em audiências públicas, com objetivo de entender a participação como experiência pública e a sua importância na construção de uma sociedade participativa, a presente pesquisa realiza um delineamento exploratório-descritivo.

A escolha do tema se dá pela relevância em estudar e acompanhar a participação pública nas audiências públicas enquanto cidadã e pesquisadora. Observar a efetividade da participação popular é dever de todo cidadão, à medida que as audiências públicas devem ser desempenhadas pelo povo e em prol do povo, a participação da sociedade é fundamental.

Dessa forma buscou-se contabilizar o número de participação da sociedade civil nos encontros realizados no período 2006 a 2022, através da documentação (atas e listas de frequência) disponibilizada pela Secretaria da Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos. A escolha desse período de tempo se deu pelo fato de serem as únicas audiências públicas documentadas em atas pela Secretaria da Câmara Municipal, além de serem pautados temas de interesse público. Os dados analisados tem como objetivo identificar a participação popular através das audiências, também foi realizado um levantamento de dados no Diário Oficial e site da Câmara Municipal, no entanto não foram encontradas mais informações.

Foram identificadas na Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos sete audiências públicas referente a situação irregular dos mototaxistas, segurança

pública, serviços postais na cidade, assistência técnica para os pequenos agricultores e demonstração e avaliação de cumprimento das metas fiscais no município de São Gonçalo dos Campos - BA.

Além da análise das audiências formais, foram apontadas as principais demandas da população feitas direta e informalmente aos vereadores do município, utilizando o método de pesquisa por observação. Essas demandas são em maioria das vezes referentes a solicitações pessoais, realizadas fora das dependências da Câmara Municipal.

## **5.2 Dos Resultados da Pesquisa**

Neste capítulo, foram analisadas as audiências públicas realizadas no município de São Gonçalo dos Campos, no período de 2006 a 2022, nos quais se registra um total de 7 audiências, conforme dados fornecidos pela Secretaria da Câmara Municipal , sendo elas: serviços postais em 2006; Fortalecimento da segurança pública na cidade em 2009; Regulamentação dos mototaxistas em 2009; Melhoria da segurança pública em 2013; Assistência técnica aos pequenos agricultores da cidade em 2014; Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre de 2021 e Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 1º quadrimestre de 2022.

Tabela 1: Audiências públicas no Legislativo Municipal

ANO	TEMA	LOCAL	HORÁRIO	NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES	PARTICIPAÇÃO P
outubro de 2006	Serviços Postais	Prédio da Câmara Municipal	9h30min	11	3
abril de 2009	Segurança Pública	Prédio da Câmara Municipal	9h30min	38	5
agosto de 2009	Situação dos mototaxistas	Prédio da Câmara Municipal	12h45min	7	1
outubro de 2013	Segurança Pública	Prédio da Câmara Municipal	9h30min	11	0
abril de 2014	Agricultura e Meio Ambiente	Prédio da Câmara Municipal	9h	12	5
fevereiro de 2022	Gestão Fiscal 2021	Prédio da Câmara Municipal	10h	10	0
maio de 2022	Gestão Fiscal 2022	Prédio da Câmara Municipal	10h	12	2

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa.

Na tabela foram apresentados dois dados de participação pública que separam os funcionários públicos e vereadores da participação popular. A participação popular é representada pela presença de líderes comunitários, as audiências públicas ocorrem geralmente pela manhã às 9h30min, exceto quando há eventualidades. As audiências públicas são divulgadas através da rádio local, redes sociais e carros de som.

A participação popular na elaboração do Plano Plurianual 2021-2025 foi realizada de forma remota através de um questionário disponibilizado nas redes sociais oficiais da prefeitura. Não foram disponibilizadas as atas audiências públicas de anos anteriores, sob justificativa de não haver acesso a registros de gestões passadas algumas informações também não são achadas no Diário Oficial.

As audiências públicas geralmente são divulgadas por emissoras de rádio local, a última audiência realizada foi divulgada pelas redes sociais oficiais da câmara e carro de som.

### **5.3 A Relação Entre a Sociedade e a Câmara de Vereadores**

Utilizando-se do método da observação direta, identificou-se que a população frequente, com regularidade, a Câmara Municipal de modo informal (fora das audiências públicas), com pautas individuais e de interesse privado, demandando seus interesses, por meio de troca de favores/votos diretamente aos seus vereadores.

Assim, verifica-se uma relação de troca entre os eleitores e os eleitos vereadores /candidatos, essa concessão de serviços geralmente acontece em troca do voto do eleitor, configurando um comportamento confuso sobre o poder legislativo na sua essência e missão. Tal confusão de funções parece ser bilateral, onde tanto a comunidade, quanto os membros do legislativo atuam de forma análoga ao modelo patrimonialista/clientelista no momento onde os munícipes apresentam suas demandas e são atendidas pelos vereadores.

O modelo clientelista é uma derivação da prática do coronelismo, no qual a relação estabelecida entre os coronéis e os eleitores, baseavam-se em trocas nas quais, os primeiros tornavam-se protetores daqueles que retribuem os préstimos com a fidelidade do voto a quem eles indicavam. Assim, os eleitores em troca de favores diversos (alimento, moradia, perdão de dívidas, emprego, etc.) garantiriam o voto certo no candidato do coronel. Na relação das demandas apresentadas pelo eleitor ao seu vereador no município de São Gonçalo dos Campos, identificou-se pedidos como indicação para emprego e estágios, auxílio financeiro (compra de cestas básicas, remédios, pagamentos de contas como água e energia), materiais de construção, transporte de enfermos (com veículo próprio), encaminhamento de exames médicos, fornecimento de medicamentos, encaminhamento de cestas básicas para população carente, encaminhamento de aposentadoria ou benefício de prestação continuada entre outros pedidos.

Mesmo reconhecendo clientelismo como prática ilegal ou amoral, naturalizam em seu cotidiano a troca de favores e a concessão de benefícios

públicos, os vereadores predominam por ações em irregularidade com o interesse público, procurando maximizar de forma clientelista seu próprio interesse, na hipótese de uma reeleição.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da sociedade na gestão pública é garantida e estimulada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando é dada a largada para uma participação mais ativa. O que torna a participação pública essencial para o bom funcionamento e regimento da política, à medida que o povo participa e colabora torna mais fácil a criação do plano governamental.

A audiência pública é um instrumento de participação da sociedade, que garante a discussão e contribuição popular em assuntos importantes e imprescindíveis para a sociedade como um todo, além de intervir em tomadas de decisões através de métodos democráticos.

À medida que a população deixa de exercer o seu direito e não participa das audiências, ela designa aos representantes políticos o papel de nortear sozinhos as ações municipais. O ato não participativo tende a ser um fenômeno cultural arraigado na sociedade que pode ser revertido através de ações do poder político, à medida que expõe a sociedade a importância da sua participação e convida o seu eleitorado a fazer parte.

Ao realizar uma observação simples das listas de presenças contidas nas atas em geral foram constatados os níveis baixíssimos de participação pública, tendo a maior parte de frequentadores limitado aos funcionários públicos da Câmara Municipal e setores da prefeitura. Ou seja, a maioria dos participantes são ligados à máquina pública.

Por uma observação mais direta, é possível perceber que os números extremamente baixos de participação popular se dão até mesmo nas sessões ordinárias, seja como apenas ouvintes ou para participar da Tribuna Popular. A escassez do diálogo, ainda que a palavra seja concedida aos participantes, indica a baixa efetividade nas audiências públicas.

Ao verificar a lista de presenças disponíveis nas atas das audiências públicas, foi constatado que estavam presentes para a discussão e elaboração dos planos de governo, secretarias do órgão público, representando o poder legislativo, os vereadores, foi observado a presença de todo o corpo legislativo somente em uma única audiência sobre segurança pública em 2009.

Durante a gestão atual, as audiências públicas foram realizadas com números baixíssimos de participantes, nas audiências de demonstração e

avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre de 2021 e demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 1º quadrimestre de 2022 contaram com a participação de cerca de 10 e 15 participantes em sua totalidade respectivamente. A última audiência foi transmitida pela plataforma de compartilhamentos de vídeos - YouTube no canal oficial da Casa Legislativa, com um total de 37 visualizações e 0 comentários. Em nenhuma das audiências que ocorreram no biênio 2021/2022 o prefeito em exercício compareceu ou enviou algum representante.

O município tem cerca de 38.315 habitantes, mas nem 1% dessa população frequenta as audiências para discutir e tratar de assuntos que tem por maior objetivo garantir benefícios para a sociedade, são números alarmantes da ausência de participação. Pensando em justificar a ausência de participação pública durante a realização das audiências públicas no município é possível relacionar aos horários em que ocorrem por se tratar de horários comerciais, além da falta de uma divulgação ampla e efetiva, utilizando maiores prazos e mídias para efetuar a divulgação de informações referente ao evento.

Em análise das atas concluiu-se que o público participativo das audiências públicas do município é composto majoritariamente por funcionários públicos. A população munícipe não manteve um nível de participação satisfatório nem durante a audiência pública de 2022, quando ocorreu de forma remota.

O setor público deve elaborar novas formas de participação, para garantir à população que as suas demandas sejam ouvidas e atendidas. As audiências foram realizadas em local de fácil acesso para a sociedade, no prédio da Câmara Municipal que conta com recursos de acessibilidade como rampas e elevador.

Quanto a não participação pública nas audiências pode-se concluir que essa problemática está relacionada diretamente a três fatores: o horário de realização que geralmente é comercial e as pessoas estão em exercício das atividades profissionais; a divulgação feita de forma insuficiente para o alcance da população e a ausência de interesse por assuntos relacionados a política por parte da sociedade.

A análise ainda revela uma clara influência do clientelismo na cultura política que marca as relações entre representantes e representados no município de São Gonçalo dos Campos, no momento em que o vereador privilegia a sua

clientela, e não permite que o bem estar social seja um princípio coletivo, evidencia ser portador de uma cultura política marcada pela discordância com os valores democráticos.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F. L. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista Brasileira de Administração Pública, v. 1, p. 77-87, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao). Acesso em: 8 dez. 2021
- BRESSER PEREIRA, L. C. (2015). **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial.** Revista Do Serviço Público, 47(1), 07 - 40. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>
- BRITTO, C. A. **Distinção entre "controle social do poder" e "participação popular"**. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 189, p. 114–122, 1992. DOI: 10.12660/rda.v189.1992.45286. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45286>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- CARVALHO, Fernanda de Quadros. **A Administração Pública: uma análise de sua história, conceitos e importância.** Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_40824/artigo\\_sobre\\_a\\_administracao\\_publica:\\_uma\\_analise\\_de\\_sua\\_historia,\\_conceitos\\_e\\_importancia](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_40824/artigo_sobre_a_administracao_publica:_uma_analise_de_sua_historia,_conceitos_e_importancia). Acesso em: 25/10/21.
- CORRÊA, S. S.; SILVA, L. R. da; SANTOS, M. M. dos; MARQUES, V. T. **A divisão de poderes: de Montesquieu aos nossos dias.** Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 191–200, 2012. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/199>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- FERREIRA, P. (1958). **O Regime Representativo.** Revista Do Serviço Público, 80(03), 265-277. <https://doi.org/10.21874/rsp.v80i03.4185> Lana, R. de C. . (2015). **Reflexões históricas sobre a administração pública e a escola no Brasil** . Laplage Em Revista, 1(3), p.7-19. Recuperado de <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/216>

FISCHER, Tânia. **Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira**. Revista de Administração Pública, v. 14 , n. 4, p. 278, out./dez.1984.

FREIRE, 2014. **(Educação Cidadã, Cadernos de Formação, 6)**. Disponível em: [http:// conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti\\_final.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática da educação com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. São Paulo: Instituto <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/23/video-i-como-funciona-o-poder-judiciario>. Acesso em 25 de mai.2022.

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da Administração Pública**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB. 182p. Florianópolis, 2010.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

Mecanismos de Controle / Luiz Carlos Bresser Pereira. Brasília: **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

MEIRELLES, Hely Lopes, **Direito municipal brasileiro**. 13, ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Teoria geral da administração/** Fernando Cláudio Prestes Motta, Isabella Gouveia de Vasconcelos. 3.ed São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. **Funcionamento do poder legislativo municipal**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

SALM, J. F; MENEGASSO, M.E. OS **Modelos de administração pública como Estratégias Complementares para a coprodução do Bem Público**. Revista de **Ciências da Administração**, Florianópolis: UFSC, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009.

SANTOS, Anderson Ferreira dos. **Evolução dos Modelos de Administração Pública no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 04. Ano 02, Vol. 01. pp 848-857, Julho de 2017.

SECCHI, L. **Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública**. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 26. Ed., ver e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

WAHRLICH, Beatriz M.de Souza. **Evolução das ciências administrativas na América Latina**. Revista de Administração Pública, v. 13, n. 1, p. 31-68, jan./mar. 1979.

WILSON, Woodrow. **Congressional government**. New York: Houghton Mifflin, 1885. p. 290.

# ANEXO 1

## Ata da Audiência Pública - Segurança Pública



Ata da Audiência Pública, realizada no Plenário da Câmara Municipal no dia dezoito de outubro de dois mil e treze.

Às nove horas e trinta minutos (09h30m) do dia (18) dezoito de outubro do ano de dois mil e treze, realizou-se no Salão do Plenário do Edifício da Câmara Municipal, localizado à Av. Hamibal Pedreira, s/nº, nesta cidade de São Gonçalo dos Campos, Audiência Pública, proposta pelo Exmº Sr. Vereador Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira, para discutir medidas a serem adotadas visando a melhoria da segurança pública, em virtude do aumento alarmante da violência na cidade. Estiveram presentes fazendo parte da Mesa: Exmº Sr. Senhor Antonio Dessa Cardozo - Prefeito Municipal; Exmº Sr. Laise Araújo Carneiro - Promotora de Justiça; Tenente Coronel Samsel de Melo Santana representando a Polícia Militar do Estado da Bahia; Tenente Laerte da Silva Vieira, representando a Polícia Militar no Município; Exmº Sr. Senhores Vereadores: Carlos Cerqueira da Purificação; José Daniel de Carvalho - NENGA; José Narciso Sodré de Oliveira - GALEGO; Josué de Oliveira - JOCA; Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira; Nilson Ferreira da Silva Júnior - MILSINHO e Rogério Falcão de Oliveira. Dando início aos trabalhos, o Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, convidou o Exmº Sr. Vereador Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira para efetuar a leitura de um trecho da **Bíblia Sagrada - Jeremias 6 (22 a 23)**. Em seguida foram convidados todos os presentes para ouvirem a execução do **Hino Nacional**. Dando prosseguimento o Exmº Sr. Presidente agradeceu a presença de todos presentes e franqueou a palavra ao Exmº Sr. Vereador **Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira**, que pronunciou-se da seguinte maneira: Exmº Sr. Presidente, Exmº Sr. Prefeito Antonio Dessa Cardozo, quero saudar a todas as demais autoridades presentes, comunidades e visitantes. Quero dizer que o Poder Legislativo após conversar bastante e diante dos fatos de violência ocorridos no Município e sermos cobrados pela sociedade, resolvemos realizar esta audiência pública para reunir os responsáveis pela segurança pública, pois a nossa Constituição diz que segurança é um direito do cidadão e dever do Estado. Outras audiências públicas para discutir medidas objetivando diminuir a violência na cidade já foram realizadas nesta Casa, mas, só tem aumentado a violência. O Prefeito tem ajudado de todas as maneiras, mesmo não sendo de sua responsabilidade, alugando casa para Polícia Civil, no início, hoje sendo paga pelo Estado, disponibilizando almoços para policiais, disponibilizando combustível para viaturas. E o Prefeito assumindo o papel do



Estado. São Gonçalo não tem uma Delegacia. A violência existe quando o pai não acompanha seu filho na vida escolar. A violência está no carro de som em praças públicas com o volume máximo. Precisamos de ronda policial na zona rural, não só na Praça Cazuza Machado, na Praça da Bandeira, nem na Praça JJ Seabra, a cidade é grande. Tudo é fácil quando vestimos a camisa e agimos com amor. Ampliou-se nesta cidade a Guarda Municipal para ajudar. Sabemos da carência, da falta de uma política de segurança pública neste País, neste Estado. São Gonçalo tem hoje quase trinta e cinco mil habitantes, então não pode a cidade continuar com o mesmo efetivo de dez, doze anos atrás. São alguns assuntos que viemos aqui hoje debater. O povo de São Gonçalo cobra seus direitos, mas o dever é uma vergonha, hoje era para esse Plenário está cheio, pois não adianta só encher a Praça de protestos, é preciso participar deste momento onde as autoridades responsáveis pela segurança pública estão presentes. A Rádio São Gonçalo e a Amarantes FM divulgaram esta audiência durante mais ou menos dois meses de antecedência. Cadê os comerciantes de São Gonçalo que não estão aqui? Quantos bancos têm em São Gonçalo, cadê os Gerentes? Com a palavra o Presidente da Câmara registrou a presença do comerciante e Presidente da ASCOM, Sr. Pedro D'Afonseca, do Gerente da Caixa Econômica Federal, Sr. Felinto Freitas de Souza, do Secretário Municipal de Educação, Sr. Luciano Carvalho de Assis, do Capitão Rios e do Subtenente Hissar representando o Tenente Coronel Antunes do Batalhão do Corpo de Bombeiros de Feira de Santana. Prosseguindo o Exmº Sr. Presidente passou a palavra ao **Tenente Laerte** que se manifestou da seguinte maneira: bom dia a todos os presentes. Antes do Tenente Laerte começar sua explanação o Presidente registra a presença da Delegada de Polícia, Srª. Bela. Cristiane S. Oliveira e a convida para fazer parte da Mesa. Continuando o Tenente Laerte com a palavra, diz: Essa audiência pública surgiu por existir nos últimos meses, em especial, no mês de julho em São Gonçalo, uma série de homicídios, tanto na sede como na zona rural. Então o clamor da sociedade levou o Vereador Gonçalo Raimundo a buscar os meios para que esta audiência acontecesse. Bem enfatizado pelo Vereador Gonçalo seria importante que a sociedade estivesse aqui presente. A sociedade precisa das mudanças de posturas das autoridades para que possamos reduzir esse índice de homicídio. A cidade de São Gonçalo está localizada numa região metropolitana, com cerca de 33.239 habitantes, numa área de 293km². O nosso efetivo por dia é de três policiais, mas quando tem algum de folga, só são dois, numa média de um policial para cerca 11.410 moradores e a recomendação

3

da ONU é de um policial para 250 moradores. Gostaria que todos entendessem quanto é difícil nosso trabalho. Das vinte cidades mais violentas no País, nove estão localizadas nas regiões metropolitanas que é o caso de São Gonçalo que é uma região metropolitana de Feira de Santana. Os homicídios de São Gonçalo estão nas regiões de Tapera, Xavante, Ouro Verde, Magalhães, que são as regiões mais próximas de Feira de Santana. São Gonçalo em outubro de 2012 foram seis homicídios. Em novembro, quando assumimos o Comando, caiu para dois. Em julho de 2013, foram quatro homicídios. Com a ajuda da prefeitura e do Comando que nos forneceu mais uma viatura, adotamos operações nos finais de semanas e reduzimos de quatro homicídios para dois em agosto e setembro. No mês de outubro até o momento não tivemos nenhum homicídio. Tivemos a redução de 44% dos homicídios com onze meses de comando. De janeiro a setembro de 2013, nove desses homicídios foram na zona rural, especificamente na fronteira de Feira de Santana. Cinco homicídios na zona urbana. Desses quatorze homicídios, dez foram nos finais de semanas de sexta a domingo e os demais durante a semana. Desses homicídios nove foram entre as vinte e duas horas e cinco horas da manhã. Precisamos estudar e entender um pouco do crime para fazermos as rodas no momento certo e não aleatoriamente. Um dos motivos que reduziu os homicídios, foi justamente a política que adotamos, focando a atenção nesses locais e nesses horários. Gostaria de em outra oportunidade trazer aqui alguns projetos, inclusive já discutidos com a Promotora, pois precisamos do apoio da Câmara e do Executivo. Com a palavra o Presidente da Câmara Municipal convida para fazer parte da Mesa o Coordenador da Polícia Civil da cidade de São Gonçalo, Sr. Welton Bastos Brito. Com a palavra o Exmº Sr. Vereador *Nilson Ferreira da Silva Junior – NILSINHO*, após saudar a todos os presentes, efetuou as seguintes perguntas ao Sr. Tenente Laerte: gostaria de saber se existem dados de outros crimes, quais seriam os índices e se houve um aumento ou uma redução? Com relação ao contingente, gostaria de saber se o Estado já tem conhecimento da situação? Se já foi informado e qual a posição da Secretaria? Em resposta o *Tenente Laerte*, diz: assumimos o comando em novembro de dois mil e doze e tínhamos o efetivo de dez policiais. O Major não tem como remover pessoal, porque as outras cidades encontram-se na mesma situação de São Gonçalo. Já chegamos à conclusão que São Gonçalo não comporta apenas dois policiais e uma viatura por dia. Conseguimos mais três policiais, hoje temos total de treze. Conseguimos manter as guarnições com três homens por dia. A dificuldade de efetivo existe em todo Estado da Bahia.

4

Gostaria neste momento de passar a palavra ao Tenente Coronel Samuel para que possa esclarecer um pouco a situação política do efetivo. Antes de a palavra ser franqueada ao Tenente Coronel Samuel, o Presidente da Câmara fez a seguinte pergunta? O que demanda São Gonçalo ser coordenado por um comando muito distante? Qual a dificuldade de São Gonçalo ser coordenado pelo comando de Feira de Santana? Com a palavra *Tenente Coronel Samuel* após saudar a todos os presentes, pronuncia-se da seguinte maneira: gostaria de parabenizar o Vereador Gonçalo Raimundo pela iniciativa. Gostaria de saudar o Sr. Prefeito Antonio Dessa, o qual tem dado todo apoio a 57ª CIPM, sempre buscando melhorias para o município. Respondendo a primeira pergunta, quero dizer que o Tenente Coronel Samuel, em novembro assim que recebeu uma portaria do Secretário de Segurança Pública realinhando as Unidades de Polícia Militar e Civil, portaria chamada de AISP – Área Integrada de Segurança Pública, a qual dizia também que estava se levando em conta a proximidade geográfica, a proximidade das comunidades. Logo fiz um considerando ao Secretário de Segurança Pública e ao nosso Comandante Geral dizendo que estava recebendo dois municípios que mesmo sendo integrante da AISP, não tinha nada haver com a minha Companhia, que era São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. Pois, para vir a São Gonçalo e Tanquinho tenho que sair de Santo Estevão passar por Feira de Santana. Mesmo assim a portaria continuou como foi publicada. Então cumprir minha missão, assumir São Gonçalo como subordinado à minha Companhia. De imediato coloquei o Tenente Laerte para comandar. O Programa PAC pela vida, criado pelo Governo da Bahia em dois mil e dez, foi efetuada uma pesquisa, para saber qual o problema que mais afligia a população baiana e, quarenta e cinco por cento deu Segurança. Logo, o Governo preocupado criou o Programa PAC pela Vida, para baixar o índice de crime contra a vida e com esse projeto criou-se as bases comunitárias, como temos duas aqui em Feira de Santana. Vieram mais viaturas, concursos para policiais e bombeiro da Polícia Militar. Uma série de normas foram tomadas para baixar esse índice de criminalidade. Percebam que nas grandes cidades como Salvador, nas grandes regiões metropolitanas, esses índices baixaram e nas cidades de pequeno porte como era de se esperar o crime aumentou. Segurança pública é um dever do Estado, agora também é um direito e responsabilidade de todos. Posso ter aqui dez, vinte viaturas, mas se a comunidade não quiser participar, não resolve. A comunidade precisa denunciar onde estão as bocas de fumo. Com a palavra o Exmº Sr. Vereador *Josué de Oliveira – JOCA* após saudar a todos os presentes,



parabenizou aos policiais e dirigiu-se ao Tenente Coronel Samuel expondo a situação dos assaltos que costumam acontecer nas imediações do Tombo e Tapera nas vans que fazem o transporte São Gonçalo - Feira de Santana e, essas queixas são registradas em Feira de Santana, ressaltando que esses assaltos têm acontecido com muita frequência e até o momento nenhuma providência foi tomada. Na oportunidade o Vereador JOCA procurou saber do Tenente Coronel Samuel se existe algum projeto para resolver esse problema ou pelo menos amenizá-lo. Em resposta o **Tenente Coronel Samuel**, diz: tenho duas sugestões Vereador. Temos em Feira de Santana um Comando Regional Leste que é um grande Comando, o qual tem dezenove Unidades, inclusive a minha, comandada pelo Coronel Adelmário Xavier. Podemos junto com a Câmara, com a Promotora, com os comerciantes, com o povo de São Gonçalo solicitar do Coronel Adelmário uma blitz conjunta, inclusive o DERBA, as policias militar e rodoviária estadual, pois temos um posto aqui na rodovia que liga São Gonçalo - Feira de Santana. Em Santo Estevão foram instaladas câmeras nos pontos de ônibus e um monitor na central e através desse monitoramento foram pegos vários indivíduos armados. Podemos usar desse mesmo método aqui em São Gonçalo. O monitoramento da cidade não vai resolver todos os problemas de São Gonçalo, mas vai ajudar muito. São Gonçalo, Sr. Prefeito, já está carente de uma Unidade do Corpo de Bombeiros, pois a cidade está crescendo muito. Estamos instalando em Santo Estevão, o monitoramento com o Professor Cesar, que fez o projeto de Feira Digital. Existe uma verba do PRONASCI, então não será necessário gastar a verba da prefeitura. O Sr. Prefeito poderia convidar o Professor Cesar para fazer o projeto que servirá para capacitação da guarda municipal, para o vídeo monitoramento, aquisição de viaturas para sua Guarda Municipal e a Polícia Militar poderá ser ajudada. Gostaria de dizer que quando cheguei aqui, encontrei os policiais militares num pardieiro, numa cadeia pública velha, antiga, um prédio histórico, mas um local insalubre, que não sei como um policial fica naquele local. O profissional não tem nenhum conforto, o local fede muito, as instalações péssimas. Estou tentando a todo custo tirar os policiais daquele local. Tentei alugar uma casa aqui, só que veio este projeto de contingenciamento do Governo do Estado, então infelizmente não consegui. Houve uma demora para a Procuradoria emitir um parecer, pois preciso de um aval da procuradoria para alugar esta casa. Com aparte o Exm<sup>o</sup>. Sr. **Antonio Dessa Cardoso**, Prefeito Municipal do Município, diz: dispensando as formalidades gostaria de falar que não é tão fácil assim a questão dos recursos,



Coronel. Tenho vinte e cinco anos na vida pública, comecei como secretário da Prefeitura, passei por esta Casa e hoje sou prefeito pela terceira vez e sei que a nível estadual e federal o que tem muito é propaganda. Esses recursos que o Senhor acabou de falar, é conversa fiada, porque 98, 99% de nós, prefeitos já tentamos, estamos na fila e não conseguimos firmar nenhum desses convênios, agora a propaganda é forte. Sei da burocracia, Coronel Samuel para liberação de verba para pagar aluguel, é por isso que eu, Prefeito já autorizei seus comandados a alugar uma casa que me responsabilizo. Retomando a palavra o **Coronel Samuel**, diz: com a anuência da Promotora Pública, quero autorizar ao Tenente Laerte a procurar uma Casa para alugar, pois iremos aceitar este apoio do Prefeito, enquanto o Estado não paga. Com aparte a Exm<sup>o</sup>. Sr<sup>o</sup>. **Promotora Laise Araujo Carneiro** pronunciou-se da seguinte maneira: bom dia a todos. Antecipando um pouco a minha fala, pois, gosto mais de ouvir e falar de uma só vez, mas para as informações não se perderem, quero dizer que quanto ao compromisso do aluguel da casa para a Polícia Militar disponibilizado pelo Sr. Prefeito, diante antemão não a empecilho desta promotoria, pois entendo que Segurança Pública é um dever do Estado no sentido amplo, como União, como municípios. Existe uma única preocupação que me ocorre: essas concessões não podem vir acompanhadas de comprometimento na função da Polícia Militar. Sei que não é a intenção do Sr. Prefeito, mas só faço essa ponderação para que as coisas fiquem bastante claras. Com a palavra o Exm<sup>o</sup>. Sr. **Antonio Dessa Cardoso**, Prefeito Municipal se pronunciou da seguinte maneira: temos um convênio com a Secretaria de Segurança Pública que nos dá cobertura jurídica na contabilidade de todas essas despesas. A prefeitura apoia as policias: nas refeições diárias, cota fixa no combustível, fora as cotas extra para blitz, gratificação de policial militar e civil quando tem festa, pois entendo que se o policial está de folga e vem trabalhar ele tem que ser ressarcido, porque nem sempre o Estado paga e quando paga, é atrasado. Apoio com disponibilização de funcionário para efetuar a limpeza da Delegacia, funcionário para o escritório da Delegacia, reforma de Delegacia, disponibilização de material de expediente e material de limpeza. Com a palavra o Exm<sup>o</sup>. Sr. **Wellton Bastos Brito**, investigador da Polícia Civil no município, diz: bom dia a todos. Iria trazer para apresentar aqui alguns dados estatísticos da criminalidade em São Gonçalo, mas infelizmente houve algumas mudanças nos sistemas que utilizamos para alimentar as estatísticas do Estado sobre a criminalidade, então não foi possível. Quando no surgimento desta audiência pública manifestada pelo Vereador



Gonçalo Raimundo, foi no ponto crítico, principalmente nos meses de junho e julho, onde ocorreu um alto índice de homicídios em São Gonçalo, entre os trechos claramente mostrados pelo Tenente Laerte, no Magalhães ao limite com Feira de Santana. Conseguimos elucidar todos os homicídios dessa região. Dos quatorze homicídios que tivemos esse ano no município, oito foram elucidados. Nosso maior problema hoje é a divisa com Feira de Santana. Não só no crime de homicídio como nos roubos de veículos, principalmente, motocicletas. Temos quadrilhas atuando não só aqui em São Gonçalo, mas, na cidade de Feira de Santana. Temos mais de vinte marginais praticando roubo de moto na região. Isso é só uma quadrilha e que tem integrantes daqui da cidade. O trabalho é árduo, temos muita dificuldade e, a falta de informação é grande, se a comunidade não ajudar fica complicado chegarmos aos autores. A população precisa ter coragem para denunciar, até mesmo de forma anônima. Com a palavra a Exmª. Srª. **Bela. Cristiane S. de Oliveira**, Delegada de Polícia do Município, que após saudar a todos os presentes se pronunciou da seguinte maneira: nosso coordenador de investigação, Sr. Welton já disse muito a respeito do nosso trabalho e, o que eu gostaria de frisar é que ano passado tivemos dezesseis homicídios, que em minha opinião foi um índice elevado, mas em comparativo não temos o que questionar de falta de trabalho ou de zelo da segurança pública para com a sociedade, apesar das dificuldades que temos para trabalhar, com isso não queremos dizer que não temos apoio do Poder Municipal, pois me lembro que quando cheguei aqui, fui procurada pelo Prefeito e o mesmo vendo o meu empenho para reformar aquela Unidade que encontrei um buraco na parede, um cartório com os funcionários mal alojados, não tinha lugar para o cidadão sentar, não tinha cadeira para o delegado sentar-se. A viatura quebrou, passamos dias sem viaturas, hoje já foi resolvido. Então o Prefeito esteve comigo e perguntou-me em que poderia ajudar-me e respondi: o Senhor vai fazer um Termo de Convênio de Mutua Cooperação com o Governo do Estado, porque não posso aceitar recursos fora desses padrões e o Prefeito disse: Drª, tenho certas dificuldades de firmar esses convênios. Depois fiquei sabendo que o município tinha uma dívida com o INSS que dificultava os termos de convênios, a qual foi renegociada para que se pudesse firmar o termo de convênio. Com a palavra Exmª. Srª. **Drª. Laise Araujo Carneiro**, Promotora Pública do município dispensando as formalidades se pronunciou da seguinte maneira: gostaria de pedir desculpas porque assim que terminar de falar, precisarei sair desta reunião, pois hoje as treze horas tenho de atender a uma convocação do Procurador Geral



de Justiça, para discutir Segurança Pública Integrada, e com certeza trarei novas idéias para implementação aqui no município. Quando pensamos em Segurança Pública é uma infinidade de informações que ocorre em nossas mentes. Quando cantamos o Hino Nacional e chegando ao trecho que fala "verás que o filho teu não foge a luta", me questionei. Luta, lutamos. Quais são os nossos inimigos e será realmente que os nossos inimigos são os descamisados, os de pés descalços, os usuários de drogas? Creio que não. Se não quisermos enxugar gelo durante um bom tempo, precisamos atacar o problema na gênese, na raiz, na sua causa. Então pensar em Segurança Pública é antes de tudo, pensar em educação de qualidade. Não podemos negar direitos, cidadania ao indivíduo e depois aprisioná-lo num amontoado de seres humanos numa cela que cabe dezesseis colobocamos cinquenta indivíduos. Dizemos a todo o momento a eles: você não é nada, você não é ninguém e quando prendemos dizemos você é um animal. É isso que estamos fazendo com nossas crianças, com nossos jovens. Não quero com isso levar ao extremismo e dizer que não devemos prendê-los, claro que quem comete um crime é preciso ter uma resposta estatal para isso, mas o crescimento carcerário no Brasil é estrondoso. Prender tem resolvido? A violência tem diminuído? Temos que nos questionar. O Estado precisa agir na raiz. Erradicar o problema. Já foi dito aqui que outras audiências públicas já foram feitas, e faremos inúmeras se não tratarmos o problema na sua raiz, na sua origem. Neste momento convoco todos os ouvintes, toda comunidade para que possamos discutir a educação dentro do município, para que ainda enquanto é tempo, barrar esse percentual da criminalidade. Vamos pensar como estão nossos alunos nas escolas, que tipo de educação está sendo passada para eles. Que tipo de cidadãos estamos construindo? Parabenizo ao Tenente Coronel Samuel, ao Tenente Laerte, a Polícia Civil. O monitoramento eletrônico é indispensável no município diante do quadro de policiamento. Não acredito no aumento substancial do efetivo, nem da polícia militar, nem da polícia civil, porque da primeira reunião que fizemos, com o Tenente Coronel, os Juizes e Delegada tivemos algumas deliberações na ata e todos os ofícios foram expedidos. Recebi do Comando Geral em relação ao efetivo a resposta que já era mais do que esperada: "é assim na Bahia inteira". Questionei a quantidade dos policiais na comarca, mas não adiantou. O Tenente Laerte tem um projeto e iremos abraçá-lo. E no que depender de mim essas discussões de hoje não morrerão aqui e sugiro até que a próxima audiência pública caso venha acontecer, seja realizada na Praça Hanibal Pedreira. Sugiro que saíamos às ruas convidando a população



para participar das audiências públicas, pois se Maomé não vai às montanhas, as montanhas vão até Maomé. Convido a todas as autoridades aqui presentes a fazer uma visita às unidades de educação do município. Nós precisamos sair da zona de conforto que estamos inseridos e realmente ir para essa luta que nosso Hino Nacional tão brilhantemente exalta. Com a palavra o Ilmº. Sr. **Márcio Oliveira Machado**, representante da Guarda Municipal se pronunciou da seguinte maneira: bom dia a todos. Sou guarda municipal, sou instrutor da Federação Baiana das Associações dos Guardas Municipais do Estado da Bahia. Neste primeiro momento quero parabenizar e saudar o nobre Vereador Gonçalo Raimundo por proporcionar esta audiência pública de muita importância para o município de São Gonçalo dos Campos e ao Prefeito Antonio Dessa Cardozo por autorizar para que realmente essa audiência pública acontecesse. Existe um paradigma referente ao Estado, poder de polícia e guarda municipal. Isso não é uma questão de São Gonçalo e sim da Bahia. Em outras cidades isso não é mais matéria de discussão. A nossa Carta Magna diz que segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Logo a segurança pública é dever de toda administração pública seja ela municipal, estadual ou federal. A questão do poder de polícia, muitos acham que a ação da polícia militar é que ela tem o poder de polícia, mas não é essa a essência do poder polícia. O poder de polícia ele é uno indivisível, ele é do Estado. São as funções delegadas pelo Estado. Já mais poderemos falar em segurança pública e não citar a questão da guarda municipal. Segurança nada mais é está livre de exposição ao perigo. Com a palavra o Ilmº. Sr. **Edvaldo Pereira**, policial militar na reserva e atuante, diz: bom dia a todos. Saúdo a Mesa. Quando comandeí a cidade de Conceição da Feira era um comando onde estavam unidos: o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Promotor, Juiz, Polícia Militar e Civil e, juntos conseguimos resolver muitos problemas. Vamos agradecer a Deus por ter enviado essa Promotora para nossa comarca, pois ela saiu de seu gabinete para ir às comunidades, viver de perto a realidade da população e sentir o que precisa fazer para evitar a violência. É uma Promotora que foi ouvir os anseios da população. Estou muito feliz com o que ouvir aqui da Promotora Pública e acredito que de hoje em diante a saúde, a educação e a segurança pública vai melhorar em São Gonçalo, pois o primeiro passo já foi dado pela Promotora Pública. Com a palavra o Ilmº. Sr. **Pedro Maciel D’Fonseca**, Presidente da ASCOM após saudar a todos os presentes, se pronunciou da seguinte maneira: parabenizo a ação desta Casa na pessoa do Sr. Gonçalo Raimundo. Estou um



pouco frustrado e surpreso com a ausência da população nesta audiência tão importante para tratar de Segurança Pública no Município. Isso é a realidade que vivemos: muita cobrança e pouca ação. Parabenizo a todos que estão presentes e concordo com a Promotora, pois o caminho é realmente este, juntarmos forças e sairmos ao encontro da população. Drº. Cristiane gostaria que há alguns anos atrás, São Gonçalo tivesse uma equipe de investigação como a de Vossa Excelência, porque vários crimes como o da minha cunhada não teriam ficado impune. Enviamos moção parabenizando o comando da Polícia Militar de Santo Estevão e aproveitei a oportunidade para solicitar do Tenente Laerte que volte a ser ostensivo com relação aos carros de sons. Com a palavra o Exmº. Sr. Vereador **Carlos Cerqueira da Purificação**, Ex-Presidente desta Casa, após saudar a todos os presentes se pronunciou da seguinte maneira: Presidente, gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o Capitão Rios, representante do Corpo de Bombeiros, pois irei endereçar algumas perguntas ao mesmo. Agradecemos a presença do Corpo de Bombeiros e demais órgãos. Esta reunião tem como objetivo esclarecer dúvidas e melhor conhecer as temáticas das legislações e regulamentos que dispõem sobre medidas de segurança contra incêndio e pânico nas edificações e áreas de risco no Município de São Gonçalo dos Campos. Depois do trágico incêndio de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que vitimou 242 jovens, no dia 27 de janeiro de 2013, causando comoção nacional. Alertou os governos e toda sociedade que se faz necessário reavaliar nossas legislações que tratam sobre sistemas de Prevenção Contra Incêndio e Pânico. Vamos fazer algumas perguntas para esclarecer algumas dúvidas e melhor conhecer as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros e podem ficar a vontade para respondê-las. Nosso Município nestes últimos anos tem atraído grandes investimentos no setor econômico, (Ex: Centro Industrial do Subaé – CIS, Seara Alimentos, Gujão, o Boticário etc.) onde várias empresas de médio e grande porte têm se instalado nesta região, e nós não dispomos de uma legislação municipal que trate sobre medidas de prevenção contra incêndio e pânico. 1. Isto é preocupante e nos alerta sobre o risco eminente, mas no que se refere a Legislação Federal e Estadual, já que o Corpo de Bombeiros é o órgão que está diretamente ligado a esta temática, com suas Unidades, Equipamentos e efetivos, o que está sendo feito pelo Governo? Existe ou não o Código de Incêndio? 2. Já que não temos Legislação Federal e Estadual, quais as normas ou parâmetros técnicos que o Corpo de Bombeiros da Bahia utiliza para desenvolver suas atividades de análise de projetos e vistorias técnicas? 3. Quais os



procedimentos para análise de projetos e vistorias técnicas realizadas pelo CB junto as empresas que procuram? Quais as exigências? 4. Qual a área de atuação hoje do 2º GBM (Grupamento de Bombeiros Militar), ou seja, quantos municípios. Todos eles possuem alguma legislação sobre prevenção contra incêndio e pânico? 5. Como está dividido o 2º GBM? Quais suas dificuldades enfrentadas? Qual o efetivo atual do CB e qual seria sua necessidade para atender toda área de abrangência? 6. Como o poder público, quer seja, prefeituras, Ministério Público pode está contribuindo para melhorar as atividades desenvolvidas pelo 2º GBM? 7. Temos conhecimento que o CB realiza várias vistorias em empresas no nosso município. Recentemente presenciei um preposto realizando vistoria no Fórum desta comarca. Como são realizadas essas vistorias? São programadas e planejadas pelo CB ou são solicitadas pelo interessado, neste caso a empresa? A Prefeitura tem conhecimento destas atividades? 8. Temos também conhecimento que várias empresas possuem alvará de funcionamento da Prefeitura, embora não possuam atestado de aprovação do Corpo de Bombeiros. Porque isto acontece? E qual providência deve ser adotada para aprovação do CB? 9. Em caso por exemplo de uma empresa não atender as normas do CB, qual o procedimento? São notificadas ou multadas, sofrem alguma sanção? Multa? Embargo ou interdição? Como o Ministério Público juntamente com a Prefeitura podem auxiliar nesta fiscalização? 10. Nosso município possui prédios públicos muito antigos, a exemplo do Fórum Ministro João Mendes, Prefeitura Municipal, Escolas Públicas e Privadas, Estádio Municipal, Espaço Popular entre outros. Que recebem todos os dias a população em geral, seus usuários, bem como, funcionários que ali trabalham. O que é necessário para que os mesmos atendam hoje as exigências no que se refere à prevenção contra incêndio e pânico pelo CB? 11. Noto que no centro comercial de nosso município no caso de haver um incêndio, não possuímos rede de hidrantes públicos que serviriam para abastecer os carros de Bombeiros. Para refrescar nossa memória um estabelecimento comercial (Empório 17) teve suas estruturas comprometidas durante um incêndio em 2011, que foi delimitado inicialmente pela ação de populares e em seguida por um preposto do Corpo de Bombeiros. Como o CB avalia esta situação dos hidrantes públicos? 12. Temos todos os anos grande aglomeração de pessoas que nos visitam, geralmente turistas nos festejos realizados pela Prefeitura ou terceiros, onde são montadas várias estruturas como palco, camarotes, geradores, barracas, que acredito favorecem a iminência de um acidente estrutural, um



choque elétrico ou princípio de incêndio. Qual o procedimento legal e de segurança devem ser adotados para que tais estruturas sejam montadas com o mínimo de proteção aos que ali circulam? Qual o papel do CB e da Prefeitura nestas ocasiões? 13. Recentemente fomos informados de ocorrências envolvendo acidentes automobilísticos, até com vítimas politraumatizadas e outra em óbito quer seja na BA502, sentido Feira/São Gonçalo, ou dentro dos limites urbanos de nossa cidade, onde os acidentados ficam longo tempo sem assistência das equipes de socorro que alegam (SAMU 192, que se negam informando que não pertence a sua área de atuação e Salvar 193 do CB que informa que suas viaturas estão em manutenção), sendo que até conduzidos de forma inadequada por populares. Qual a real situação do CB nestas ocorrências? Como o CB avalia esta informação? 14. Sabemos que o Corpo de Bombeiros atua juntamente com Órgão de Defesa Civil, desenvolvendo conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a autoestima da população e restabelecer a normalidade social. Há alguma parceria com nosso município? Caso não tenha, como podemos firmar? Gostaria da atenção de todos para essas perguntas. Apresentei aqui em sessão ordinária uma proposição solicitando do Prefeito Municipal o mapeamento da cidade e que mostrasse o plano de risco do nosso município. Na próxima Sessão Ordinária, Sr. Presidente, apresentarei uma proposição estabelecendo normas para a concessão de alvará de construção e reforma de edificações novas e antigas no âmbito do Município de São Gonçalo dos Campos. Com a palavra o Ilmº. Sr. **Capitão Rios** representante do Corpo de Bombeiros de Feira de Santana, após saudar a todos os presentes, em resposta ao Vereador, diz: quanto ao questionamento do edil, tenho a dizer que pelo avançar do horário, não há condições de responder todas as perguntas, e tenho como sugestão que seja feita uma audiência pública com o corpo de bombeiros, o Coronel e seus técnicos para melhor responder essas questões, até porque se eu me aforar em responder não estou em condições de respondê-las, porque dentro do Corpo de Bombeiros temos técnicos, e outras pessoas para várias atividades como engenheiros e Coronel. Sou militar, tenho regras a seguir. Mas responderei sucintamente para que todos possam entender um pouco. Quanto ao Código de Incêndio na Bahia ainda não temos. Encontra-se uma minuta na Assembleia Legislativa para ser votada e consequentemente ser aplicada no Estado. Uma empresa quando vai se instalar em Feira de Santana, necessariamente ela não precisa passar pelo corpo de bombeiros, a pessoa responsável dirige-se à



prefeitura, onde é autorizado seu funcionamento, por sua vez quando é necessitado o atestado do Corpo de Bombeiros, se a empresa não estiver de acordo com as normas, não é emitido o atestado. Será preciso a adequação da empresa às normas primeiramente. Quando o Corpo de Bombeiros é solicitado via Ministério Público, é feita uma vistoria no local e disponibilizada as informações ao Ministério Público, o qual adota as medidas cabíveis. Após a implantação do SAMU, o serviço de ambulância do Corpo de Bombeiros foi desativado. Quando acontece algum acidente nas rodovias, o Corpo de Bombeiros solicita o apoio do SAMU. Com a palavra o Tenente Coronel **Samuel de Melo Santana**, dispensando as formalidades, se pronunciou da seguinte maneira: gostaria de parabenizar a Promotora Pública daqui de São Gonçalo dos Campos, por suas idéias e dinamismo. Apesar do Prefeito não está mais presente, eu e o Tenente Laerte nos comprometemos juntamente com a Promotora e com a Delegada trazer o projeto pronto para o vídeo monitoramento da cidade. Quanto ao custo veremos com o Prefeito, comércio, associações e bancos. Com a anuência da Promotora, sem compromisso político, pois não queremos fazer nada que inflija a Lei, aceitamos que o Prefeito pague o aluguel da casa para funcionar a Delegacia para Polícia Militar. Agradecer ao Prefeito pela ajuda dada sempre a Polícia Militar. Quero dizer ao colega representante da Guarda Municipal que é importante que a Polícia Militar tenha essa participação da Guarda Municipal na Segurança Pública da Cidade de São Gonçalo. A Guarda Municipal tem que ser integrada na Segurança Pública, porque vai ajudar muito, inclusive nesse vídeo monitoramento. Gostaria de dizer ao Vereador Carlos Cerqueira que seu pronunciamento foi de suma importância e que seu questionamento ao Corpo de Bombeiros é muito bom, motivo pelo qual oriento ao mesmo a marcar uma reunião com o Comandante do Corpo de Bombeiros, inclusive enviá-lo antes esse questionamento para que ele já venha preparado. Com a palavra o Exmº. Sr. Vereador **Nilson Ferreira da Silva Junior – NILSINHO** solicitou a dispensa das formalidades e informou ao Plenário que o Vereador Cláudio Barbosa Falcão – CAU DE LILI não estava presente porque houve um problema com seu veículo, motivo que o impediu de chegar a tempo na audiência, assim como a Vereadora Eliane dos Santos Oliveira que por motivo de força maior não pode comparecer. Com a palavra o Ilmº. Sr. **Josafá Ramos**, Coordenador da ASPRA, após saudar a todos, diz: gostaria de parabenizar o Vereador Gonçalo Raimundo pela iniciativa brilhante. Apesar da ausência da sociedade nesta audiência, mas já é um grande passo, pois sabemos



que parte da sociedade hoje é conduzida e os senhores condutores. Parabenizo o Tenente Coronel Samuel que em sua fala não fez esconderijo, não fez uso de qualquer subterfúgio, colocando os assuntos como devem ser colocados e o Tenente Laerte que na mesma direção colocou as coisas, pois pensei que seria preciso a ASPRA chegar aqui para fazer denúncia da realidade que vimos. A sociedade não pode aceitar que o Governo maltrate tanto os policiais militares, nenhum ser humano é capaz de ter ânimo, se ele é empurrado ao desânimo o tempo todo. O Serviço do policial militar na rua é o que promove segurança, é o principal operário da segurança pública. E muitas vezes esses policiais não são os donos dos méritos, das melhorias. Quando todo mundo foge do problema o policial tem que ir para cima. Os policiais, sim, são os heróis. A Promotora falou aqui, colocou os aspectos diferenciados, como a questão da prevenção no nascedouro com promoção na qualidade da educação e tantos outros itens. Proponho aos Vereadores que apresentem uma moção honrosa para os policiais militares e outra para o Prefeito que já se comprometeu em tirar os policiais do atoleiro em que se encontram e, uma moção de repúdio, porque não dar para esquecer que neste contexto todo, onde é que fica o Estado? O Estado que é na verdade o detentor da obrigação de fazer, pelo menos é o que a nossa sociedade rege, não por questões constitucionais que diz que é o Estado que é responsável pela segurança pública, e sim porque, é o Estado que recolhe recursos, é quem tem a captação dos valores e deve dar ao policial militar condições de vida, que, aliás, o Prefeito vai resolver as instalações, mas virão os equipamentos, tantas outras necessidades que certamente os policiais ficarão padecendo. Gostaria de destacar aqui a presença de um policial militar, que participa de disputas internacionais no mundo do Karatê que é o nosso amigo Jubiraci que tem elevado o nome da Corporação. Dando as saudações finais o **Tenente Laerte**, diz: hoje nesta audiência precisávamos expor os problemas, ouvir o clamor da sociedade e posteriormente adentrar na lista de projetos que temos para cidade, como: o monitoramento, a lei de fechamento de bares, apertar o trânsito, pois é nos pequenos delitos de trânsito que posteriormente surgem as maiores gravidades e, a questão da poluição sonora. São os quatros projetos de início que me predisponho a voltar aqui a Câmara para juntos darmos prosseguimento. Com a palavra o Exmº. Sr. Vereador **Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira**, diz: quero informar que o Prefeito precisou se ausentar, pois terá uma reunião agora com o Deputado José Neto para tratar de assuntos relacionados ao Boticário. O Vice-Prefeito também não se faz presente por motivo de força maior. Informo

também a ausência do Vereador Edvaldo da Conceição Lima Pinheiro, pois o mesmo está em viagem resolvendo problema do Município a pedido do Sr. Prefeito. Quero deixar uma mensagem bíblica no livro de Jeremias Capítulo 7 que diz: "Tu, pois, não ores por este povo, nem levantes por ele clamor ou oração, nem me supliques, porque eu não te ouvirei. Porventura não vês tu o que andam fazendo nas cidades de Judá, e nas ruas de Jerusalém?" Gostaria que todos refletissem nestes versículos. Quero agradecer ao Presidente desta Casa pela condução dos trabalhos, parabenizar todos os Vereadores na pessoa do Sr. Carlos Cerqueira da Purificação, ex-presidente desta Casa, que trouxe aqui um assunto muito importante relacionado também a segurança pública. Tudo que a Promotora falou aqui, este Plenário tem debatido o tempo todo. Agora é o que sempre tenho dito aqui, não temos representantes a nível estadual, nem federal. Porque tudo que aconteceu aqui teria que ter um representante estadual e um federal, para levar nossa mensagem ao Governador do Estado, não temos a força política, que infelizmente depende para vir uma migalha para a cidade que enriquece as urnas com os votos. A sociedade precisa participar desse movimento. Cadê? Não vi um pastor aqui. Não vi um presidente de associação. Ou melhor, só um representante da associação do Gravata, presente aqui. Não vi aqui, as pessoas que foram vítimas. Cadê os moradores do Gravata, onde aconteceram vários crimes, por que não se inscreveram para falar? Mas amanhã estarão ligando desinformados, para as emissoras dizendo: vereador não faz nada, polícia não faz nada. Fala-se de prédio escolar, mas está na cara de todas as autoridades a condição do Ginásio de Esporte. Debates todos os dias aqui em Plenário que precisamos ter uma educação de qualidade para melhorar a segurança, inclusive está tramitando aqui projeto de melhoria para os educadores de São Gonçalo. Agora a família tem que fazer seu papel, inclusive o acompanhamento escolar de seus filhos. O assunto tratado nesta audiência é mais sério do que pensando. Temos que vestir a camisa, Legislativo, Executivo, Judiciário, imprensa, cidadão, comércio, associações e igrejas. Quero agradecer ao Prefeito que esteve aqui, que onde estará inaugurando logo mais a noite obra no hospital, pois não é fácil está presente aqui agora com esse compromisso. Agradecer à imprensa, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Com a palavra o Presidente da Câmara agradece a todos os presentes e diz que enviará a todos os Órgãos aqui representados a ata que será confeccionada da referida audiência pública para discutir medidas para combater a violência no município.

## ANEXO 2

### Ata da Audiência Pública - 3 Quadrimestre Gestão Fiscal

**Ata da Audiência Pública do Município de São Gonçalo dos Campos - Bahia, na forma do Artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101, demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre de 2021.**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, no Prédio da Câmara, às 10h00 (dez horas) da manhã, presidindo a audiência, o Sr. Edilson Silva, Assessor Contábil da empresa JG Contabilidade, contando com a presença de: Tarsio Torres Pedreira, Secretário de Finanças; Teofila Alves do Amaral, Controladora Interna; Gleise Vitória Silva dos Santos, Diretora do Departamento Contábil do Município; Jusileide Gomes da Costa e Maricleide Cazumbá, representantes da empresa JG Contabilidade; Laís Gomes de Aragão Pontes, Maicon Alves Correia Muniz, Maria Gorete Evangelista do Rosário e Erebaldos Oscar do Nascimento Filho, servidores da Câmara Municipal. Em seguida, o Sr. Edilson Silva cumprimentou aos presentes, explicando o motivo da Audiência Pública que é demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre de 2021, enfatizando a necessidade da participação popular, como um instrumento de transformação social e de construção de uma cultura política em que elementos como cidadania, democracia e participação política compõem o alicerce que sustentará o processo de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Iniciando os trabalhos com a apresentação dos relatórios de execução e de Gestão fiscal, o Senhor Edilson Silva, explicou que o relatório de gestão é um conjunto de informações necessárias a verificação da conformidade, com os limites que trata a LRF. Falou sobre a execução do terceiro Quadrimestre, e que desde o início do ano de 2021, os relatórios de prestação de contas deste período estão disponíveis na Internet, no diário oficial do município para que a população se informe melhor sobre os recursos empregados, pois uma administração deve ter transparência em tudo que faz. O palestrante apresentou tabela com a receita prevista e arrecadada 3º quadrimestre 2021, com os seguintes dados, receita corrente prevista de R\$ 83.984.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e oitenta e quatro mil reais) e receita corrente realizada no total de R\$ 101.085.055,96 (cento e um milhões, oitenta e cinco mil, cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos); receita de capital prevista de R\$ 2.028.000,00 (dois milhões, vinte e oito mil reais), receita de capital realizada no montante de R\$ 348.012,28 (trezentos e quarenta e oito mil, doze reais e vinte e oito centavos). Seguiu discorrendo sobre o demonstrativo das despesas previstas e realizadas, apresentou o equilíbrio financeiro demonstrando as despesas





ESTADO DA BAHIA

## Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Hanibal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)346-1306/1413 E-mail: [camarasgoc@sil.com.br](mailto:camarasgoc@sil.com.br)

02

3. A qualidade de tais serviços, ora prestados, tem deixado a desejar posto serem frequentes as entregas de correspondências trocadas.
4. A rotatividade dos carteiros locais, nos últimos anos.
5. A possibilidade de, a título emergencial e provisório, ser firmado um contrato entre a Municipalidade e os Correios, disponibilizando aquela, um ou mais funcionários para trabalharem na área da entrega de cartas, expandindo-se, por consequência, a área beneficiada por tal serviço.
6. A falta de agilidade dos Correios quanto à solução do grave problema que afeta a cidade, obrigando grande parte dos munícipes a se dirigir à Agência Postal para retirar correspondências a si endereçadas.
7. Que têm sido infrutíferas, até aqui, todas as tentativas partidas da comunidade, juntos aos Correios, para que o problema seja solucionado.

### Fatos expostos pelos representantes dos Correios:

1. Que em estudo, realizado há cerca de dois anos, foi reconhecido que deveriam ser expandidos os serviços de entrega de correspondência e que, para tanto, mais dois carteiros deveriam ser contratados.
2. Que dado ao tempo transcorrido, tal estudo provavelmente, já se encontra defasado, necessitando revisão/alterações.
3. Que tanto a Região Operacional de Feira de Santana, quanto a própria Diretoria dos Correios na Bahia, não detêm poderes para contratar empregados. A contratação de novos funcionários depende da alta direção em Brasília a qual, até aqui, não tem dado autorizações para tanto.
4. Que o Poder Executivo de São Gonçalo já se manifestou, por duas vezes, junto aos Correios, cobrando solução para os problemas em causa.
5. Que o problema da cidade de São Gonçalo dos Campos não é exclusivo da mesma.
6. Que a expansão dos serviços postais também deverá ser acompanhada de um sistema de nomeação de logradouros e numeração de casas, sem o que os serviços de entrega ficam seriamente comprometidos.
7. Que muitos dos problemas de distribuição postal ora verificados se prendem às questões registradas no tópico anterior.

### Informações prestadas pelo Poder Executivo Municipal:

1. Que em novembro vindouro será iniciado trabalho de cadastramento de logradouros e de numeração de casas, pelo sistema GPS.
2. Que para tanto já foi contratada empresa, cujos serviços deverão ser executados num prazo de três meses.



ESTADO DA BAHIA

## Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Hanibal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)346-1306/1413 E-mail: [camarasgoc@sil.com.br](mailto:camarasgoc@sil.com.br)

03

3. Que seria interessante que as entidades comunitárias e associações de moradores venham a colaborar com a empresa acima citada, com sugestões e revisões dos levantamentos procedidos em suas respectivas áreas de atuação.
4. Que havendo possibilidade técnica e concordância por parte dos Correios, bem como uma competente autorização por parte do Poder Legislativo (por questões atinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal), a Comuna poderia – a título transitório e para amenizar o problema – ceder empregados para auxiliar nos serviços demandados pela agência postal local. Para tanto um Convênio deveria ser celebrado.
5. Que o Poder Executivo irá, por solicitação nascida na presente Audiência, reportar-se novamente junto aos Correios.

### Assinaturas dos participantes das discussões da Audiência Pública

Carlos Cerqueira da Purificação \_\_\_\_\_

Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira \_\_\_\_\_

Gilson Ferreira Cabumbá \_\_\_\_\_

Rogério Falcão de Oliveira \_\_\_\_\_

Tendório Barreiros Dantas \_\_\_\_\_

José Carlos de Lacerda \_\_\_\_\_

Cronaldo Sentes \_\_\_\_\_

Ana Paula Menezes de Almeida \_\_\_\_\_

Hugo Adão de Bittencourt Carvalho \_\_\_\_\_

Elizabete Barbosa do Nascimento \_\_\_\_\_

Adilson Couta da Silva \_\_\_\_\_

## ANEXO 4

### Ata Audiência Pública - Mototaxistas

Ata da Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, em dez de agosto do ano de dois mil e nove para tratar de assuntos a respeito dos moto-taxistas deste Município.

Às 12h45 (doze horas e quarenta e cinco minutos) do dia 10 (dez) de agosto do ano de dois mil e nove, no Prédio da Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública sob a direção da Excelentíssima Senhora Dr<sup>a</sup> Dahiane Bulcão Caldas Guedes Pereira – Promotora Pública Substituta, contando com presença do Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Jean Silva Souza – Delegado de Polícia, Ilm<sup>o</sup> Sr. Albério da Cruz Araújo – Comandante do Destacamento da Polícia Militar, Ilm<sup>o</sup> Sr. Almir Pereira Santos – Tenente Comandante do quarto Pelotão da Polícia Militar, Exm<sup>o</sup> Sr. Antonio Dessi Cardozo – Prefeito Municipal, Exm<sup>o</sup> Sr. Gonçalo Raimundo A. de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal, Ilm<sup>o</sup> Sr. Delson Antunes Pereira – Presidente dos Moto-taxistas e associados. Iniciando a referida audiência fez uso da palavra Excelentíssima Senhora Dr<sup>a</sup> Dahiane Bulcão Caldas Guedes Pereira – Promotora Pública Substituta: bom dia a todos, estamos aqui reunidos, os Poderes Públicos de São Gonçalo dos Campos, presidente dos moto-taxistas, para juntos decidimos com vai ser disciplinado a questão dos moto-taxistas, como também algumas outras, principalmente as relacionadas àqueles que não exercem a atividade, mas que andam por nossa cidade, dirigindo motos e também em situação irregular, ou seja, moto Pokémon, pilotadas, enfim sem a CNH (Carteira Nacional de Habilitação). Queria dizer o seguinte que ficou acertado que a partir de hoje será feita uma fiscalização através de Dr. Jean e da Polícia Militar pra aqueles que não possuem CNH, pois os mesmos já sabem que é crime e estar no Código de Trânsito. E com relação a organização dos moto-taxistas, ficou acertado juntamente com o Sr. Antonio Cardozo e o Presidente da Câmara Sr. Gonçalo Raimundo que até sexta-feira próxima seria enviado a Câmara Municipal para apreciação do Legislativo um Projeto de Lei, oriundo do Executivo, no sentido de regulamentar a situação dos moto-taxistas, pois a atividade de moto-taxistas era ilegal e aqui em São Gonçalo continua é ilegal, que começou a ser regulamentada por uma Lei Federal, que surgiu no final do mês passado. Mesmo aquele que por ventura tenha o alvará, este alvará é em loco, ou seja, sem valor, pois foi concedido numa época em que atividade era considerada ilegal. A nossa proposta é que até sexta-feira, o Prefeito envie o projeto de Lei a Câmara, a qual em sessão Ordinária incluirá na pauta. E essa questão vai ser resolvida e, teremos uma Lei em São Gonçalo dos Campos regulamentando a questão dos moto-taxistas. Esta Lei vai se adequar a Lei Federal. Todos terão que trabalhar padronizados, terá pontos específicos, só será possível exercer, se tiver uma idoneidade moral reconhecida na sociedade. Com a palavra o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito Municipal, Antonio D. Cardozo: Bom dia a todos. Dentro do que foi dito pela Senhora Promotora sobre a padronização, todos os condutores deverão usar

1

coletes, as motos deverão ser padronizada, conforme estabelecido em Lei Federal e, a Lei Municipal não será diferente. Na questão da CNH, quem não tiver terá que tirar. Então a Prefeitura irá ajudar, quem não estiver em condições financeiras para tirar. Não será cem por cento, mas será uma ajuda para facilitar a vida dos condutores. Na padronização das motos também a Prefeitura dará uma ajuda. Com a palavra a Promotora que diz: queria fazer um comentário em relação ao prazo de vigência dessa Lei, que será a partir de dois de janeiro de dois mil e dez, para que der oportunidade aos moto-taxistas de tirarem a CNH. Por enquanto não será concedido nenhum alvará. Os mesmos só serão expedidos a partir de janeiro de dois e dez. Com a palavra Dr. Jean – Delegado Polícia: Boa tarde a todos, quero colocar o seguinte: já foi exposto um pouco o que vai ser a Lei. A profissão dos moto-taxistas não é regulamentada, é ilegal, a maioria não possuem CNH e, os senhores estão transportando vidas e, já aconteceram muitos acidentes envolvendo pessoas inclusive moto-taxistas. A questão da criminalidade envolvendo moto-taxistas, muitos crimes têm acontecido envolvendo motociclistas, não moto boy especificamente, mais com motociclista que usam capacetes. O que busco cobrar de todos que prestem um serviço de qualidade, que tenham condições de dirigir adequadamente. Estamos criando uma Lei para tornar regular a situação de todos vocês. Será um benefício para cada cidadão de bem, não queremos colocar marginais dirigindo motocicleta. O serviço de vocês é essencial, necessário, ajuda muito as pessoas, mas que precisa ser regulamentado. No momento da votação dessa Lei, vocês interessados, tem que estarem aqui para que a mesma seja adequada a realidade local, já que toda lei deve ser discutida com o povo, e deve ser discutida as dificuldades locais e a lei quando criada deve atender a todos, pois cada Município tem a sua peculiaridade, o prazo de quatro meses para tirar a habilitação é razoável, pois é um prazo mínimo para a Lei vigorar e os interessados conhecerem a lei e estarem conscientes dos direitos de vocês, pois não haverá só os deveres, já que a Lei assegura a prática legal da profissão de moto-taxista, que é o mais importante. A fiscalização continuará, e quando a Lei estiver vigorando será bem maior e a qualquer momento, e é necessário que seja denunciada a pessoa que comete delitos, erros, para evitar que o cidadão de bem seja prejudicado. A partir de janeiro, espero que todos estejam regulares, para que seja feita a fiscalização e que exerçam com tranquilidade a sua profissão. Com a palavra a Promotora, que respondendo a uma questão levantada pelo Tenente Pereira, sobre a apreensão de motos numa blitz conduzidas por motociclistas sem habilitação, deixou claro que está abrindo uma exceção por moto-taxistas, porque estão trabalhando, que estão prestando um serviço para comunidade: mas que para aqueles moto-taxistas que estão se utilizando da profissão para cometer crime, principalmente o crime de tráfico de drogas, não esperará até dois de janeiro, pois serão apreendidos e responderão pelos seus crimes. Queremos resguardar o cidadão de bem, os pais de famílias, pessoas idôneas, de bem. Pois o nosso objetivo é só deixar circulando os moto-taxistas, dispostos a

2



## ANEXO 5

### Ata Audiência Pública - Agricultura e Meio Ambiente



1

**Ata da Audiência Pública para tratar do futuro da agricultura e do meio ambiente do município, assim como, criação de projeto para melhor distribuição de sementes, tratores e a promoção da assistência técnica para os pequenos agricultores.**

Às **09h00m** (nove horas) do dia **30** (trinta) de abril de dois mil e quatorze, no Prédio da Câmara Municipal, localizado à Avenida Hanibal Pedreira, s/nº, São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, foi realizada a Audiência Pública para tratar do futuro da agricultura e do meio ambiente do município, assim como, criação de projeto para melhor distribuição de sementes, tratores e a promoção da assistência técnica para os pequenos agricultores, sob a direção do Excelentíssimo Senhor Gilson Ferreira Cazumbá – Presidente da Câmara Municipal, contando com a presença dos Excelentíssimos Senhores Vereadores: Nilson Ferreira da Silva Júnior – NILSINHO, Eliane dos Santos Oliveira, Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira, Lucivaldo de Carvalho Oliveira e Rogério Falcão de Oliveira que ocuparam seu assentos na mesa. Foram convidados para fazer parte da mesa: Murilo Costa Ferraz – Secretário Municipal de Agricultura; José Jorge Alves Pontes – Diretor Administrativo da Associação Comunitária do Bete II Revivência Quilombola; Luciene dos Santos Silva – Presidente da Associação de Mercês; Handerson Vieira Brandão – Presidente da Associação de Alligidos; Renata Brito de Oliveira – Presidente da Associação de Boa Vista; Profª. Doralice de Santana Soares – representando o Colégio Polivalente. Dando início aos trabalhos o Exmº. Presidente convidou o Exmº. Sr. Vereador Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira para efetuar a leitura do trecho da **Bíblia Sagrada – LIVRO DE JO 42**. Prosseguindo, o Exmº. Sr. Presidente convidou todos os presentes para de pé ouvirem o Hino Nacional. Dando continuidade, o Exmº. Sr. Presidente registrou a presença de alguns representantes de Associações a exemplo da Srª. Jandira Barbosa Machado – Murici, Sr. Jota Elson Carvalho – JUCS, Sr. Germano Araújo Neto – Guarda Municipal, Sr. Carlos Alberto dos Santos – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SINDSERP, Sr. Bruno Evangelista – Associação do Gravata, Sr. Edvaldo Correia de Jesus – Ex-Vereador do Município, Sr. Raimundo Ferreira do Amaral – Repórter da Rádio Amarantes. Ainda com a palavra o Exmº. Sr. Presidente, diz: Gostaria de informar a todos os presentes que o Sr. Antonio Carlos Rodrigues



2

Machado – Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, não poderá se fazer presente por motivo de força maior. Assim como, o Prefeito Municipal Antonio Dessa Cardozo, que nos enviou ofício informando compromisso para esta data, solicitando que o Vereador Gonçalo Raimundo lhe representasse. A Promotora de Justiça, Drª. Laíse de Araújo Carneiro também não poderá se fazer presente por ter audiência judicial nesta mesma hora e data. Em seguida, a palavra foi franqueada ao Exmº. Sr. Vereador Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira, autor do requerimento em que foi solicitada esta audiência. Com a palavra o Vereador **Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira**, que após saudar a todos os presentes, se pronunciou da seguinte maneira: tenho dito aqui nesta Casa que só a imprensa pode mudar a cara do nosso país. Uma audiência pública de suma importância, onde irá tratar de assuntos relevantes para nossa cidade, a imprensa de São Gonçalo não deu ênfase. Parabenizo o ex-Vice-Prefeito desta cidade, Sr. José Carlos da Silva Araújo, por ter sido o único que se preocupou em ligar para as emissoras para falar sobre esta audiência. Estou sentido a ausência dos gerentes do Banco do Bradesco e da Caixa Econômica Federal, do Ministério Público, da Associação Comercial, dos Secretários Municipais. Como é que o presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente não participa desta audiência. Fica difícil trabalhar desta maneira. Todos têm que vestir a camisa. Prosseguindo os trabalhos, atendendo solicitação do Presidente, o 1º Secretário da Câmara Municipal, Sr. Nilson Ferreira da Silva Júnior – NILSINHO efetuou a leitura da lista de convidados para a audiência. Com a palavra o Sr. **Murilo Costa Ferraz**, Secretário Municipal de Agricultura, que após saudar a todos os presentes, diz: gostaria de parabenizar o Vereador Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira pela iniciativa plausível e dizer aos Senhores que fico triste pela ausência dos que foram convidados. Apesar do número de participantes nesta audiência não ser o esperado, quero dizer que é um prazer está aqui presente. Estou aqui para anotar, para absorver as solicitações, necessidades, sugestões mencionadas para no momento oportuno passar para o Sr. Prefeito. Com a palavra o Ex-Vereador **Edvaldo Correia de Jesus**, saudou a todos os presentes, pronunciando-se da seguinte maneira: quero dizer que é um prazer participar dessa audiência e na oportunidade parabenizo o Vereador Gonçalo Raimundo pela iniciativa. A cidade que temos ou desejamos ter é aquela que construímos. O assunto desta audiência é

de grande interesse para a nossa população. É lamentável a ausência dos interessados aqui nesta audiência. Cobra-se muito dos políticos e, quando os políticos procuram agir em busca de soluções para os problemas não podem contar com a participação popular. Ainda assim, com poucos representantes, é louvável esta audiência. Gostaria de chamar atenção para o que vem acontecendo no município no decorrer de alguns anos. Tínhamos no município colônia de água: lagoas, lagos, rios. Os quais foram devastados, a exemplo do Rio Açú, que em determinada época chegou a parecer com o mar e hoje se limita a algumas porções de água, quando chove. A Mata da Preguiça que hoje não existem mais. Logo percebemos que o meio ambiente tem sido degradado e por conta disso a nossa geração não respira mais o ar que respirava há cinquenta anos. A temperatura do nosso município era de vinte cinco graus, hoje vivemos com a temperatura mais de trinta, trinta e dois graus. Tudo isso por conta da agressão ao meio ambiente. Gostaria que a partir dessa audiência fosse apresentado um documento para que alguma medida fosse tomada para reflorestar as margens desses rios, desses mananciais que quase não existem mais. Estamos vendo São Paulo vivendo um clamor, vivendo uma situação quase desesperadora por não ter água para abastecer a população que cresce. Sabemos que é um desafio muito grande para o município tomar uma medida, mas se realmente às autoridades competentes acharem importante e buscar a quem de direito, ajudará a melhorar essa situação. Com a palavra a Sr.<sup>a</sup> **Luciene dos Santos Silva** – Presidente da Associação de Mercês, que após saudar a todos os presentes, diz: parabéns o Vereador Gonçalo Raimundo, agradeço pelo convite e quero dizer que realmente o povo da zona rural está desassistido. Tivemos a seca onde enfrentamos muita dificuldade. Aproveitando a oportunidade gostaria de agradecer ao Prefeito Antonio Dessa por ter nos dado a oportunidade de termos algumas horas de serviços de trabalho. O povo da zona rural está precisando de sementes para desenvolver o trabalho. Quanto às pessoas que foram convidadas e faltaram, é porque pouco se preocupam com o meio ambiente, com o povo da zona rural, se preocupam apenas com o seu próprio bolso. Quanto à imprensa, eles não estão presentes, porque não é para eles se beneficiarem. Com a palavra o Presidente comunica a todos que tudo que for falado será gravado para confecção de uma ata e que será enviada aos órgãos competentes. Ainda com a palavra o Presidente registra a presença dos

Srs. Pedro Maciel d'Afonseca – Presidente da ASCOM – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de São Gonçalo dos Campos e Jairo Ferreira – representante do Sindicato Rural, convidando-os para fazerem parte da mesa. Com a palavra o Vereador **Rogério Falcão de Oliveira**, que após saudar a todos os presentes se pronunciou da seguinte maneira: gostaria de parabenizar não só o Vereador Gonçalo, mas a todos que estão presentes aqui. No meu ponto de vista as associações precisam de um apoio maior, pois com toda dificuldade representam muito bem a zona rural. E, quanto ao que o ex-vereador Edvaldo falou a respeito do meio ambiente me congratulo com ele, pois temos o rio Sergi e o rio Jacupe que estão sendo assassinados não só pelos esgotos, mais também, pela pesca ilegal feita pelos nativos da localidade. Com a palavra o Vereador **Nilson Ferreira da Silva Junior – NILSINHO** que na oportunidade saudou a todos os presentes, pronunciando-se da seguinte maneira: gostaria primeiramente de felicitar a atitude do Vereador Gonçalo Raimundo, abraçando a todos. Não vamos nos ater a ausência de alguns, precisamos construir com as pessoas que aqui estão. Precisamos começar. As palavras do ex-vereador Edvaldo são louváveis, com relação as nossas nascentes. O que vem acontecendo é muito grave. Ainda na minha geração não sei se verei essas nascentes reflorestadas, espero lutar para que as gerações futuras tenham esse prazer. Fiz inclusive um questionamento ano passado na secretaria de meio ambiente com relação a atitudes que deveriam está sendo tomadas com relação a essas nascentes. O secretário me respondeu informalmente, por conta da nossa amizade, que os projetos existem mais que não são baratos. Não parte só do poder público, essa vigilância com relação a nossas nascentes, as pessoas precisam estar atentas e denunciar. O Vereador Rogério falou a respeito da pesca no rio Jacupe que é uma situação preocupante. Com a palavra **Handerson Vieira Brandão** – Presidente da Associação de Afligidos, diz: bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite do Vereador Gonçalo Raimundo. Gostaria de dizer que acredito muito no que começa pequeno, a exemplo a corrida de jégué que acontece em Afligidos. A partir das discussões realizadas aqui, deveremos sair em busca de ações. Gostaria de dizer às pessoas que fazem solicitações aos órgãos estaduais e federais, que tenham cuidado de verificar o lugar que o pedido deve ser feito, porque, hoje temos uma preocupação em Afligidos em relação ao destino da barragem. Foi gasta uma soma considerada de recurso, para que

se construiu a barragem, temos um poço artesiano que atende com água para beber e cozinhar. No entanto, o projeto que chegou para Alfidios foi água da EMBASA, quando teríamos a prioridade de estrada, saúde, educação e agricultura. Nada contra a água da EMBASA, mas deveria ter feito um estudo primeiramente para saber as prioridades do distrito. É um cuidado que peço aos Senhores Vereadores, Prefeito, a quem tem o poder de solicitar junto aos órgãos governamentais. Não estamos necessitando de água. Talvez Meróes, Boa Vista, estejam precisando de água. Vamos distribuir bem as coisas. Com a palavra a Vereadora *Eliane dos Santos Oliveira*, que após saudar a todos os presentes se pronunciou da seguinte maneira: gostaria de falar um pouco da situação do homem do campo que se encontra precária no sentido de desenvolvimento rural, a exemplo a presença da EBDA, órgão que incentiva a agricultura familiar e o homem do campo, no tocante a plantação de mandioca, apim, milho, feijão, verduras e hortaliças. As queixas do homem do campo são muitas, principalmente na área da farinha que é essencial à mesa dos nordestinos. De certa forma todos nós que estamos aqui, estamos de parabéns, porque é como o Vereador Gonçalo sempre diz: "se cada um mostrar a sua disponibilidade e fizer a sua parte, com certeza chegaremos a algum lugar". Com a palavra o Vereador *Lucivaldo de Carvalho Oliveira* que após saudar a todos os presentes, pronunciou-se da seguinte maneira: Tudo que foi dito até agora é extremamente válido, mas começo dizendo que a grande questão da agricultura e meio ambiente de São Gonçalo, parte de um único princípio que é o descaso da administração pública. Vou falar em números. O atual prefeito quando assumiu em dois mil e nove, o orçamento do município era de vinte e quatro milhões e vinte mil, a agricultura na época em dois mil e nove, foi contemplada com setecentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais, representava vinte dois por cento do orçamento municipal, daí por diante foram caindo de ano a ano. E todo ano que chega a esta Casa o projeto de lei que trata do orçamento tenho criticado a postura. O ano passado o orçamento foi de apenas trezentos e cinqüenta e cinco mil, representava menos de um por cento do orçamento municipal. Esse ano o orçamento do município é de quarenta e um milhões quinhentos e treze mil e vinte e nove reais, a agricultura foi contemplada com apenas quatrocentos e noventa e nove mil e sessenta reais, para tudo. Vinte vezes menor do que há cinco anos. O descaso é tão grande que o Prefeito inventou

uma mentira qualquer para não está aqui presente. Não só o Prefeito. O único representante da administração pública que está aqui presente é o Sr. Murilo Ferraz, Secretário da Agricultura e que também é participante do Conselho de Meio Ambiente. Normalmente o gestor quando não vai a um evento deste, designar um auxiliar seu direto, um Secretário, nesse caso o Prefeito colocou o Vereador autor da proposta para representá-lo. Desde o início eu disse que essa ação não teria muito frutos, porque acredito que o maior apoio tem que vir do poder público. Vamos começar a falar de um passado histórico de nossa cidade. Cheguei a São Gonçalo em mil novecentos e sessenta e sete, era uma cidade que tinha um clima totalmente diferente do que tem hoje, nessa época se fazia muito frio. Época em que São Gonçalo era grande produtor de fumo. São Gonçalo era o maior produtor de batata da Bahia. E ao longo dos anos o fumo e a batata entraram em decadência e, hoje a batata que consumimos vem do Estado de Sergipe. Sempre tenho feito uma crítica as associações, pois a maior parte delas se limitam à aquisição de um trator, onde poderiam ter uma porção mais abrangente, já que existe a ausência do poder público, vamos buscar órgãos de apoio. O SEBRAE tem dado muito apoio e essas associações podem conseguir recursos junto outros órgãos governamentais. Falamos muito na questão da assistência técnica. São Gonçalo hoje está renegado ao monocultor de mandioca e, as regiões mais significativas se referem ao Bete e Cajueiro, justamente duas das regiões menos assistidas pelo município, começando pelo acesso a estrada. O ex-Vereador Edvaldo falou da questão das nascentes, sou um grande observador da cidade. O Rio Açu tem como nascente todo entorno de São Gonçalo. A lagoa vargem grande na baixada da Cruz é uma das grandes nascentes do Rio Açu. A fonte da bica é outra nascente que hoje se encontra com todo seu entorno desmatado. Temos uma área que está se transformando em condomínio, conhecido como Fazenda de Dr. Oscar Lacerda, que existem três nascentes, ainda vivas e preservadas, inclusive no projeto propõe preservar essas nascentes, onde uma lagoa será transformada em área de lazer. Na Fazenda Povoado tem nascente que alimentava o rio Açu, chamado Rio Preto que antigamente a população que morava ali, sofria muito na época do inverno, hoje praticamente desapareceu. A ponte do Rio Maracanã um dos alimentadores do rio Açu também seco hoje. Temos também o Rio Subaé que passa por São Gonçalo. Temos também o Rio Murundu, logo depois do

Cedro. Por conta do desmatamento essas nascentes estão secando. E, temos mais um fator novo e recente que tem contribuído para que essas nascentes sequem, que é a perfuração indiscriminada de poços, principalmente para criação de frangos. Muitas pessoas falam que esses poços são artesanais, mas na verdade não são. Esses poços são chamados poços frêáticos. A água que os alimentam é a mesma água que alimenta as cisternas. Uma saída para resolver o quesito de falta de água no município, que acredito que é a mais urgente no momento, é a perenização dessas agudadas. A Presidente Dilma Rousseff incluiu no PAC 2 o fornecimento aos municípios de caçambas, retro escavadeiras, onde um dos fosos, segundo uma reportagem que li, seria dotar os municípios de estrutura para minimizar essas realidades. São Gonçalo foi beneficiado com uma máquina que está servindo para carregar lixo na cidade. Por isso que digo que o que falta é uma visão política no município. O nosso Município não tem uma política ambiental, não tem uma política de assistência técnica ao homem do campo, porque sem assistência técnica não funciona. Quero falar agora a respeito de um órgão que faço parte que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente, um órgão novo que tem cerca de seis a sete anos de instalado e vem crescendo, amadurecendo, pelo empenho de cada um de seus membros, porque ao longo desses anos seus membros jamais passaram por um treinamento, por um curso. São Gonçalo tem duas leis importantíssimas que são: o PDDE e a Lei Ambiental do Município. O PDDE é o Plano de Desenvolvimento Econômico, que determina o que é área urbana, rural, área destinada à agricultura, área destinadas às indústrias, traça todos os parâmetros do município e, a lei ambiental determina que o município teria que ter uma estrutura para dar apoio ao conselho municipal de meio ambiente, inclusive para fiscalização, apoio de um assistente técnico. Porque toda empresa para ser instalada em São Gonçalo tem que ter um parecer ambiental. Há muito custo em dois mil e dez, o Conselho Municipal foi até ao prefeito e, o mesmo se comprometeu em dar um veículo, um funcionário e um técnico, porque, para fazermos um parecer ambiental precisamos de um parecer de um técnico. De tudo que foi prometido, o técnico foi contratado realmente, só que no meado de dois mil e doze o prefeito demitiu esse técnico e o Conselho ficou impedido de dar parecer de licenciamento para que empresas pudessem ser instaladas em nossa cidade, embora o prefeito alardeie que essas empresas estão vindo para cá, por conta

e competência dele, que é uma mentira. Gostaria de encerrar minha fala dizendo o seguinte: Vereador, sua iniciativa foi muito interessante, porque o município precisa debater essa questão. São Gonçalo é uma cidade que se perdeu no tempo com relação à agricultura. O que ainda sustenta o meio rural são as duas mil e quinhentas aposentadorias rurais, que hoje gera uma receita no município mais ou menos de dois milhões de reais. Acredito que a grande ausência, exceto os casos justificados, é porque as pessoas não acreditam, as pessoas vêm um certo descaiso do próprio município ao longo dos anos, não só nesta administração, com o meio rural. Após o pronunciamento do Vereador Lucivaldo, o Presidente registrou a presença do Gerente da Caixa Econômica Federal, Sr. Felino Freitas de Souza, convidando-o para fazer parte da mesa. Na oportunidade o Presidente registrou também a presença da Secretária Municipal de Saúde, Sr. Maria Helena de Oliveira Gomes, que precisou se ausentar por motivo referente a sua secretaria. Com a palavra o Sr. **José Jorge Alves Ponte**, representante da associação do Bete que após saudar a todos os presentes, diz: quanto ao meio ambiente, temos uma nascente que pertence a nossa comunidade e, está sendo devastada. Pessoas estão plantando capim, fazendo pescaria e muitas garrafas pet estão na localidade. Sobre a agricultura familiar tudo que já foi dito aqui me congratulo. Com a palavra a Prof. **Doralice de Santana Soares** – representando o Colégio Polivalente após saudar a todos, diz: agradeço pelo convite e parabemizo a iniciativa desta Casa Legislativa. Temos um grande número de jovens da zona rural que estudam no Polivalente e às vezes podemos perceber a grande carência da zona rural através desses jovens. É muito bom discutirmos os nossos problemas e seria muito bom se as soluções acontecessem, porque às vezes escutamos e falamos sobre os problemas e, não temos as soluções. Espero que em outro momento venhamos aqui para falarmos sobre as soluções tomadas para cada problema aqui mencionado. Com a palavra Sr. **Filinto Freitas de Souza**, representante da Caixa Econômica Federal, que na oportunidade saudou a todos os presentes e, se pronunciou da seguinte maneira: parabemizo esta Casa pela iniciativa. Gostaria de informar a todos que a Caixa entrou no crédito rural, foi uma das metas cumpridas agora e, São Gonçalo é uma das agências que trabalha como piloto do crédito rural. Quem tiver interesse para custeio, investimento, agronegócio, agricultor familiar através do PRONAF pode nos procurar que estamos habilitados a fazer. A Caixa tem linhas de

créditos que são subsidiados para quem quer adquirir renda com taxas de juros praticamente zero, que é o microcrédito, por exemplo, uma pessoa que quer vender churrasquinho, entra em contato com a Caixa o dinheiro é liberado com a taxa de zero vírgula quarenta e nove por cento, mais ou menos. O meio rural também acabou de ganhar a possibilidade de utilizar recursos da união através de diversas fontes, como FGTS, FAT, para construção civil. Com a palavra o Vereador **Rogério Faleiro de Oliveira** dispensando as formalidades, diz: quanto a questão da água de Afogados quero dizer que no distrito existem três sistemas de água hoje, onde já fiz a limpeza do poço artesiano e foram detectado treze metros de lama e, a água tem uma espécie de óleo. A água da barragem também tem suas dificuldades. Hoje Afogados tem uma água tratada, logo, não vejo o porquê de não está alegre com isso. Em certo momento entendi como culpa do prefeito com o êxodo da zona rural, mas minha visão é diferente, se ele tem culpa é porque está industrializando a cidade e, cada indústria que vai chegando à cidade é menos enxada no campo. Isso é o preço pago pelo desenvolvimento do município. Com a palavra o Sr. **Pedro Maciel D'Afonseca**, Presidente da ASCOM que após saudar a todos os presentes fez o seguinte pronunciamento: gostaria de pedir desculpas pelo atraso. Gostaria de justificar a ausência do Sr. Benedito Batista, Presidente da Associação dos Produtores de Frangos de São Gonçalo na Bahia, pois o mesmo se encontra em viagem a São Paulo para tratar de assuntos de interesse da associação. Parabéns esta Casa Legislativa pela iniciativa na pessoa do Presidente e do Vereador Gonçalo e deixa uma sugestão: precisamos conscientizar através da educação nas escolas nossas crianças a cuidarem do meio ambiente. Falta orientação, espírito de cooperativismo, espírito de associativismo ao povo são-gonçalense. Com a palavra o Vereador **Lucivaldo de Carvalho Oliveira**, diz: O Vereador Rogério disse que o Poder Executivo não tem culpa, tem culpa sim. Se o Governo Federal não disponibilizasse o incentivo através dos órgãos, como EMBRAPA, instituto de pesquisa, o Brasil não era um gigante no agronegócio. Não existe produção sem fomento, se não estiver à mão do poder público para incentivar, para dar assistência técnica. Como pode se estabelecer no meio rural se na época de chuva você não tem acesso a cidade. Se você ficar doente não pode ir ao médico. O poder público é responsável sim, pois ele precisa criar condições para manter o homem do campo.

Continuando franquçada a palavra, fez uso da mesma o Senhor **Jairo Ferreira**, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, após saudar a todos os presentes, se pronunciou da seguinte maneira: gostaria de justificar a ausência do Sr. Arnaldo, pois, neste momento ele está participando de uma reunião no Resort representando o Sindicato. Realmente a zona rural está desassistida, principalmente na época chuvosa, com a falta de máquinas para preparar a terra e a semente que não chega no momento certo. O homem do campo precisa de incentivo, por parte de todos. A nossa cidade está se desenvolvendo, necessitando de uma cooperativa. Com a palavra o Presidente registra a presença do Sr. Benedito Batista, representante da associação dos avicultores da Bahia, o qual estava em São Paulo e agora já se faz presente a esta audiência pública. Com a palavra a Sra. **Renata Brito de Oliveira** – Presidente da Associação de Boa Vista após saudar a todos os presentes, fez um breve pronunciamento: gostaria de parabenizar esta Casa pela iniciativa e dizer que a falta de incentivo ao homem do campo por parte do poder público é grande, mas falta mais ainda interesse por parte de alguns agricultores e presidentes de associações, a prova foi vista aqui hoje, muitas associações foram convidadas, porém poucas compareceram. Com a palavra **Handerson Vieira Brandão** – Presidente da Associação de Afogados, diz: Gostaria de pedir desculpas ao Vereador Rogério, se não me fez interpretar corretamente, quando falei com relação à água de Afogados. Quanto ao que foi dito pelo Vereador Lucivaldo quero dizer que o Brasil é bem desenvolvido na tecnologia do campo, o que falta é chegar até o pequeno agricultor. A nível de Brasil, principalmente no nordeste, é necessário dar continuidade as coisas, a exemplo o prefeito leva um infocentro para zona rural, porém não dar continuidade, inaugura, faz festa e fecha. Quero dizer ao Vereador Gonçalo que para o próximo ano precisamos levantar problemática e soluções. Com a palavra o Vereador **Lucivaldo de Carvalho**, diz que a EMBRAPA tem hoje foco na agricultura familiar também, o problema é que as pessoas não têm buscado o órgão. Tem que ter o poder público para fazer a ponte. O poder público na questão do pequeno agricultor, ele é preponderante, sem ele praticamente não existe. Com a palavra o Secretário Municipal de agricultura, **Sr. Murilo Ferraz**, diz: é notória as dificuldades, as deficiências existentes na agricultura e no meio ambiente, mas ninguém é perfeito, porém temos que evoluir em busca da perfeição. Percebi que uma das maiores preocupações

desta audiência pública é a questão dos recursos hídricos, logo tenho a dizer que na qualidade de secretário estarei buscando encaminhar ofício ao órgão competente por estes recursos. Montarei um cronograma para intensificar as fiscalizações e quero dizer que a Secretaria de Agricultura do Estado disponibilizou as sementes de milho e feijão que serão distribuídas na próxima semana. Realizaremos um trabalho educativo de sensibilização para que possamos mudar São Gonçalo. A secretaria está melhorando a cada dia, para atender essas demandas. Estaremos fazendo o cadastro na secretaria para os agricultores que necessitam do serviço de aração de terra. Fazendo suas considerações finais o Vereador *Nilson Ferreira da Silva Junior - NILSINHO*, diz: agradeço a todos que participaram desta audiência e, quero dizer que nesta audiência deveriam ser apresentadas mais soluções e menos erros. Pois é muito fácil apontar os erros e difícil encontrar soluções. Encerrando o Vereador *Gonçalo Raimundo Aves de Oliveira*, autor da audiência pública, diz: agradeço a todos que participaram desta audiência e quero dizer que iremos aguardar o documento que será gerado desta audiência por esta Casa, para analisarmos e enviarmos aos órgãos competentes. Agradecemos a emissora Amarantes representada pelo Sr. Raimundo Ferreira do Amaral, mas temos que repudiar a ausência da nossa maior empresa de comunicação, uma emissora católica, mas que não tem agido corretamente, com os problemas de São Gonçalo dos Campos. Meu repúdio ao presidente das associações, Sr. Antônio Carlos Rodrigues Machado, um grande amigo e presidente do Conselho do Meio Ambiente. Ainda em seu pronunciamento o Vereador Gonçalo Raimundo, diz: depois vai condenar prefeito de quê? Se você não participa das coisas. Agradeço ao presidente desta Casa por organizar esta audiência. Não havendo oradores, o Exmº Sr. Presidente encerrou a audiência, agradecendo a presença de todos e solicitou da Secretaria da Casa que redigisse a presente Ata, a qual será anexada a lista com as assinaturas dos presentes.

## ANEXO 6

### Ata Audiência Pública - Metas Fiscais 1º Quadrimestre

**Ata da Audiência Pública do Município de São Gonçalo dos Campos - Bahia, na forma do Artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101, demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 1º quadrimestre de 2022.**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, no Prédio da Câmara, às 10h00 (dez horas) da manhã, presidindo a audiência, a Srª Jusleide Gomes da Costa, Assessora Contábil da empresa JG Contabilidade, contando com a presença de: Daniela Santana dos Santos Pereira, Ouvidora do Município, Gleise Vitória Silva dos Santos, Diretora do Departamento Contábil do Município; os Exmºs Srs. Vereadores Cláudio Correia de Queiroz, Dermival Douglas Ferreira Santana, Ellen Maldine Alves dos Santos Pedreira e Jailton Bastos de Carqueira, Jozé Oliveira Fernandes, Maria Gorete Evangelista do Rosário e Eribaldo Oscar do Nascimento Filho, servidores da Câmara Municipal e, como ouvintes os Srs. José Luciano de Carvalho Oliveira e Vitoriano Francisco da Silva Neto. Prosseguindo, a Srª Jusleide Gomes da Costa cumprimentou aos presentes, explicando o motivo da Audiência Pública que é demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao primeiro quadrimestre de 2022, enfatizando que o sucesso do referido processo é contar com a participação populacional, que é um dos pilares para a transformação social e para que haja a construção de uma cultura política em que elementos como cidadania, democracia e participação política possam ser o alicerce que sustentará o processo de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Iniciando os trabalhos com a apresentação dos relatórios de execução e de Gestão fiscal, a Srª Jusleide Gomes da Costa, explicou que o relatório de gestão é um conjunto de informações necessárias a verificação da conformidade, com os limites que trata a LRF. Falou sobre a execução do primeiro Quadrimestre, e que desde o início do ano de 2022, os relatórios de prestação de contas deste período estão disponíveis na Internet, no diário oficial do município para que a população se informe melhor sobre os recursos empregados, pois uma administração deve ter transparência em tudo que faz. Logo após, a palestrante apresentou tabela com a receita prevista e arrecadada 1º quadrimestre 2022, com os seguintes dados, receita corrente prevista de R\$ 37.745.897,06 (trinta e sete milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e seis centavos) e receita corrente realizada no total de R\$ 41.989.297,13 (quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e treze centavos), receita de capital prevista de R\$ 1.130.187,20 (um milhão, cento e trinta mil, cento e oitenta e sete reais e vinte

centavos), receita de capital realizada no montante de R\$ 15.733,91 (quinze mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e um centavos). Prosseguiu discutindo sobre o demonstrativo das despesas previstas e realizadas, apresentou o equilíbrio financeiro demonstrando as despesas empenhadas, liquidadas e restos a pagar, deu sequência falando sobre Resultado Primário, Equilíbrio Patrimonial, Resultado Nominal e Limite da Dívida Consolidada. Explicou em seguida, apresentando um comparativo do 1º trimestre 2021/2022 da receita líquida arrecadada por esfera de governo. Sobre a aplicação dos Limites Legais de gastos, A Lei de Responsabilidade Fiscal determina a aplicação de no máximo 54% da Receita Corrente Líquida - RCL, para pagamento de pessoal, incluindo obrigações patronais e despesas com serviços de terceiros. O gestor atingiu o percentual de 59,69 % sobre a RCL. Informou sobre a execução do Primeiro Quadrimestre, e que os relatórios de prestação de contas do período estão disponíveis na Internet, no diário oficial do município para que a população se interesse melhor sobre os recursos empregados, pois uma administração deve ter transparência em tudo que faz. Citou que a aplicação dos recursos públicos, no que se refere aos índices constitucionais, Educação, aplicou 28,32% quando o mínimo é 25%, enfatizando que o município cumpriu os limites constitucionais até o quadrimestre. No que se refere ao FUNDEB foi atingido 99,80% cumpriu a determinação legal de no mínimo 60%. Na Saúde, que no mínimo é 15%, o gestor aplicou 17,29%. Após isso, abriu a oportunidade para que alguém fizesse perguntas ou se manifestasse. Como não houve quaisquer manifestações, a Srª Juizelide Gomes da Costa agradeceu a todos pela presença, dando por encerrada a Audiência, a qual se lavrou a presente ata. Eu, Ezebaldo Oscar do Nascimento Filho, Digitador da Câmara Municipal, digitei a presente ata.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Página 2

viaturas. E o Senhor falou que a gratificação não pode, mas quando não se dá gratificação a polícia, os policiais fecham a cara e não fazem o serviço. Aqui Coronel quando tem festa do Padroeiro, na Zona Rural da cidade se não paga a polícia ela não vai cumprir a sua obrigação. Nós queremos aqui é solução. Com a palavra o **Comandante Ricardo** diz: nós viemos aqui para discutir alternativas, não sou político, não faço política, trabalho na polícia militar, vim aqui discutir algumas alternativas, tratar de alguns assuntos que fui convidado para isso. Estou chegando ao Município de Santo Amaro agora, encontrei alguns problemas na companhia e estamos trabalhando intensamente para ajudar no que for possível para resolver a situação. Com relação ao problema de combustível vou deixar bem claro o seguinte: Não sei se a viatura da polícia Civil tem CTF. Se não tem CTF nós trabalhamos dependendo do convênio que é uma forma legal de resolver as questões atinentes a isso. Existe uma necessidade é claro esta necessidade, nós sabemos que só temos uma viatura no município e que só temos dez policiais disponíveis para o trabalho. Com a palavra Exmº. Sr. Dr. **Jean Silva Souza** - Delegado de Polícia. Foi colado aqui de uma forma um pouco pejorativa pelo Exmº. Sr. Prefeito Municipal, a questão de gratificação. Quero dizer que nunca solicitei gratificação nenhuma, nenhum policial da Polícia Civil não recebeu gratificação sob o meu comando e se receber vai ser punido, porque polícia não é para receber gratificação, é para fazer o trabalho dela, porque eu trabalho assim, conversei com o Prefeito solicitei medidas urgentes para cumprir o papel da polícia, nunca pedir gratificação nenhuma. Não admito esse tipo de acusação. Quando falar da polícia cite os nomes porque serão punidos. Gratificação é ilegal. Com a palavra Exmº. Sr. **José Neto** - Deputado Estadual um bom dia a todos, ...temos que chamar igreja católica, evangélica, centro espírita, quem estiver disposto a fazer um grande embate em relação a drogas. Tenho dito isso em Feira de Santana ou assumimos a responsabilidade nos Poderes constituídos, na Câmara, no Poder Executivo, nas associações esportivas, fazendo grandes campanhas agregando todos, Ministério Público, Poder Judiciário ou nos iremos nos engolir, pois esse é o maior problema da humanidade. No Brasil, no nordeste esse problema tem crescido de forma estúpida. Fica aqui meu abraço e meus agradecimentos pelo espaço e me coloco a disposição do Exmº Sr. Prefeito Municipal Firão para que possamos pensar saídas, compartilhando porque o Município não é responsável por noventa e cinco por cento da segurança pública Porque o Município não é responsável pela

## ANEXO 7

### Ata Audiência Pública - Fortalecimento da Segurança Pública



ESTADO DA BAHIA  
**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**  
Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330-000 CNPJ: 13.226.884/0001-60  
Caixa Postal nº 38 - Telefone: (75)246-1306/1413 E-mail: [cammunsaogoncalo@bahia.com.br](mailto:cammunsaogoncalo@bahia.com.br)

01

Ata da Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, em seis de abril do ano de dois mil e nove para discutir o fortalecimento da segurança pública na Cidade.

Às **09h30 (nove horas e trinta minutos)** do dia **06 (seis)** de abril do ano de dois mil e nove, no Prédio da Câmara Municipal, foi realizada a **Audiência Pública** sob a direção do Excelentíssimo Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira, contando com presença dos Excelentíssimos Senhores Vereadores: Carlos Cerqueira da Purificação – **Vice-Presidente**, Lucivaldo de Carvalho Oliveira – **1º Secretário**, Tenório Barreiros Dantas - **2º Secretário**, Antonio Saturnino dos Santos, Edmundo Borges Ribeiro, Edvaldo Correia de Jesus, Flávio Barreto Falcão, Gilson Ferreira Cazumbá, Gilson Garcia Cerqueira, José Carlo dos Santos Filho, Romiro da Silva Fonseca e Ubiratan Almeida de Oliveira. Em seguida o Exmº Sr. Presidente Convidou para fazerem parte da mesa autoridades: Sr. Antonio Dessa Cardoso - Prefeito Municipal, Sra. Luciane Labriola Cardoso- Sec. de Ação Social Municipal, José Carlos da Silva Araújo – Vice - Prefeito Municipal, Lúcio Vieira Lima – Presidente do PMDB, Drª Márcia Moraes dos Santos Vaz - Promotora de Justiça, Dr. Gean Silva Souza - Delegado de Polícia, Sr. Antonio Ricardo Alves Guimarães - Major Comandante da Companhia de Santo Amaro, Sr. Fábio Daniel Lordelo Vasconcelos – Delegado Regional da 1ª DEPIN, Dr. Warney Andrade Souza - Presidente do Conselho Estadual de Trânsito da Bahia, Sr. Sérgio Carneiro - Deputado Federal, Sr. José Neto - Deputado Estadual, Sr. Marcos Mauricio de Oliveira – Vice-Presidente do Sindicato dos Agentes da Polícia Civil, Sr. Antonio Sérgio Barradas Carneiro – Deputado Federal e Procurador da Câmara, Antonio Carlos Maciel – Capitão da 1ª BPM, Sr. Guilherme da Fonseca - Associação Comercial e Agrícola de São Gonçalo dos Campos, Dra. Isaura Dias Magnavita - Presidente da Associação da Pitubinha, Celso Lansig - Gerente da Gujão, Maria do Resgate Amorim Nascimento – representando a Juiza, Marcos Cesar D. Dantas – Vereador de Teodoro Sampaio, Elisahert Ramos Caires - Gerente da Caixa Econômica, Antonio Carlos Rodrigues Machado- Presidente da UNISAN, Jesúia Ouais Santos-Gerente do Banco Bradesco, Sr. Jerceclino Cases Freitas - Presidente da Câmara Municipal de Cone, da Feira Srª. Maria José Sepúlveda de Oliveira - Sec. Municipal de Educação e Cultura, Bira Coroa – Deputado



ESTADO DA BAHIA  
**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**  
Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330-000 CNPJ: 13.226.884/0001-60  
Caixa Postal nº 38 - Telefone: (75)246-1306/1413 E-mail: [cammunsaogoncalo@bahia.com.br](mailto:cammunsaogoncalo@bahia.com.br)

02

Estadual - Presidente da Comissão Especial de Igualdade da Assembleia Legislativa da Bahia, Henrique Sampaio das Mercês Silva – Chefe de Gabinete da Prefeitura de Amélia Rodrigues. Dando início à audiência o Exmº Sr. Presidente da Câmara convida a todos os presente para que de pé cantássemos o Hino Nacional. Em seguida, o Exmº Sr. Presidente solicitou ao Exmº Sr. Vereador Edvaldo Correia de Jesus que efetuasse a leitura de um trecho da **Bíblia Sagrada – “Salmo 126”**. **Todo êxito depende da divina proteção.** Com a Palavra o Exmº Sr. Presidente Gonçalo Raimundo A. de Oliveira se pronunciou da seguinte maneira: “segurança pública”, dever do estado, direito do cidadão. Segurança, substantivo feminino. Ação ou efeito de tornar seguro; firmeza, estável. Estado ou condição de quem está protegido; risco. Autoconfiança, insegurança; indivíduo responsável pela proteção pessoal de alguém ou de algo. Confiança em si mesmo, amparo, ânimo. Garantia caução, certeza, convicção. Não viemos contar histórias /Não viemos ensinar. Só viemos, dá um grito, viemos desabafar. Viemos falar do Homem /Que dá tudo o que falar. Viemos falar de segurança./Viemos para solucionar. Não viemos para mentir./Não viemos protestar. Viemos falar da moto, do capacete, da habilitação. Viemos falar do trânsito, /Que faz vítima e confusão. Viemos falar do Complexo, /Que do papel não saiu. Viemos pedir socorro para Polícia Militar e Polícia Civil. Viemos falar do tráfico / que muito sangue derramou. Lembremo-nos de 31 de outubro./Que noite triste, que terror! Lembremo-nos de 1º de novembro, /Quantas famílias, Ele sangrou! Viemos alertar, ao nosso Governador. Que segurança se faz, não com número de eleitor. Queremos agradecer, a todos os presentes. Que Deus abençoe a todos/E traga resposta boa pra gente. Neste momento o Exmº Sr. Presidente franqueou a palavra ao Exmº Sr. **Antonio Sérgio Barradas Carneiro** que se pronunciou da seguinte maneira: Querido amigo Presidente, Vereador Gonçalo Raimundo de Oliveira, querido amigo Prefeito Antonio Dessa, Vice-Prefeito Carlos Germano, Primeira Dama – Secretária de Ação Social – Luciane Cardoso, meu querido colega, companheiro Bira Coroa-Deputado Estadual, Presidente do PMDB Lúcio Vieira Lima, Major Ricardo, Capitão Carlos que representa uma corporação da Polícia Militar, Dr Gean Souza e Dr. Fábio Lordelo, Delegados de São Gonçalo e Regional, queridos colegas que assim os tratou Vereadores de São Gonçalo dos Campos e de outros Município aqui presentes, até porque fui Vereador como os Senhores e é uma honra falar nesta tribuna que os senhores ocupam todos os dias em Sessão nesta



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Hamílbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Calça Postal nº 38 Telefex: (75)246-1306/1413 E-mail: [camarasgocampo@bahia.gov.br](mailto:camarasgocampo@bahia.gov.br)

03

Câmara e demais autoridades aqui presentes ou representadas, minhas senhoras, meus Senhores é com muita satisfação que venho a este querido Município de São Gonçalo dos Campos, creio que as autoridades aqui presentes, Dr. Fábio Dr. Gean eles podem tratar com mais propriedade das ações específicas com relação a segurança no Município e na região. Vou me permitir fazer um discurso mais genérico de saudação dizendo que a questão da segurança, não é uma questão da segurança em si, ela faz parte de um conjunto de ações que precisam ser tomadas para que nós possamos evitar os problemas da violência, a Secretária Luciene sabe que é preciso de toda uma ação na área de desenvolvimento social, é preciso que a questão da geração de emprego e renda esteja também presente e, nós podemos dizer sem nenhuma dúvida de que temos hoje o maior Governo da História desse País que é o Governo do Presidente Lula, um Governo que tirou vinte milhões de pessoas da linha da miséria absoluta, que gerou oito milhões de emprego com carteira assinada... O Governo do Estado da Bahia por meio de convênios com o Ministério da Justiça deve receber cerca de oitenta e dois, virgula sete milhões para ações articuladas de segurança, atividades sociais e preventivas. Aquisição de equipamentos e novas tecnologias vêm sendo feita e acompanhadas de treinamentos de pessoal, a fim de melhorar a prestação desses serviços. Em dois mil e oito foi implantado, no Governo do Estado da Bahia a Delegacia Digital, por meio do endereço [WWW.delegaciadigital.ssp.ba.gov.br](http://WWW.delegaciadigital.ssp.ba.gov.br), o cidadão pode registrar a ocorrência de furtos, perdas ou extravio de documentos e objetos de pequeno valor, além de consultar os antecedentes criminais. Em Salvador e na região metropolitana foi implantado o mais moderno sistema de comunicação operacional policial existente no país, o sistema tetra onde foram instaladas quatorze torres de duzentos e cinquenta bytes, esse sistema está em fase de implantação em vinte e dois centros regionais integrados de comunicação no interior do Estado, quando a instalação for concluída a população terá acesso gratuito por meio de um único número a todos os serviços da segurança pública. Em dois anos foram adquiridos trezentos e cinquenta e um veículos para as polícias, sendo cento e noventa e um com gestão terceirizada. O corpo de bombeiro foi contemplado com trinta e um caminhões para combates a incêndios. As novas viaturas policiais foram padronizadas e agora contam com o monitoramento por meio GPS isso favorece o processo de integração e controle da frota. Houve renovação e padronização dos armamentos, a polícia militar recebeu setecentos e cinco



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Hamílbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Calça Postal nº 38 Telefex: (75)246-1306/1413 E-mail: [camarasgocampo@bahia.gov.br](mailto:camarasgocampo@bahia.gov.br)

04

novas armas. Neste ano, um, virgula nove milhões foram destinados para aquisição de munição real de treinamento. Estão assegurados recursos da ordem de quatro, virgula quatro milhões para comprar de quatro mil quatrocentos e vinte e cinco coletes balísticos para polícia militar. Em dois anos já foram implantadas cinco delegacias, três delegacias especiais de atendimento a mulher em Porto seguro, Paulo Afonso e Alagoinhas. Recebemos a Bahia com centos e sessenta Municípios sem delegados de polícia foi feito um concurso e em breve estarão sendo nomeados. Foram informatizadas cinquenta e sete unidades policiais na capital e no interior, aquisição de dois mil oitocentos e doze equipamentos... Enfim há uma série de ações que estão sendo desenvolvidas pela secretaria de segurança pública. Vou deixar em mãos do Presidente para não tomar muito do tempo e dizer que com relação à Delegacia daqui Gean sabe a Secretaria de Segurança Pública através da arquiteta Dr. Lígia Oliveira já fez o levantamento de todas as condições dessa unidade, um laudo técnico já foi feito, esse relatório já foi passado SUCAB que é a Superintendência responsável pela realização de obras dos prédios públicos do Governo para se estudar a viabilidade da reforma ou da construção de outro prédio em terreno a ser indicado neste relatório. De forma que quero parabenizando a todos os Vereadores de São Gonçalo. Juntos com Deputado Bira Coroa e todo Governo Vagner e Lula nos possamos continuar na melhoria da qualidade de vida de todos os baianos de todos os brasileiros e sobre tudo do povo de São Gonçalo. Muito Obrigado pelo convite e parabéns pela iniciativa. Com a palavra a Senhora **Rita Maria Barreiros** pelo tempo de três minutos. Bom dia a todas as autoridades presentes, cidadãos, a minha solicitação é em relação aos barulhos durante a madrugada de sons de carro, festas próximo às residências, motos com descargas com sons como se fossem tiros, tirando o sossego. As vezes solicitamos a presença da polícia, algumas vezes aparece outras não. Então qual a forma de inibir uma forma legal para acabar com isso. Com a palavra Senhora **Cleonice de Jesus Fernandes**. Bom dia a todos meu questionamento é sobre as viaturas. Porque quando nós solicitamos a viatura, sempre nos informam que está sem combustível ou não somos atendidos. Gostaria de saber quem é o responsável por isso. Com a palavra a **Diretora da Escola Ana da Costa Falcão, Professora Cláudia de Carvalho Oliveira Bahia Lopes**. Bom dia a todos. Aqui representando a Escola Ana da Costa Falcão, situada no Distrito de Sergi e demais Escolas do Município aproveito este momento,



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Hamílbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaramunicipal@sb.com.br](mailto:camaramunicipal@sb.com.br)

05

pois percebendo a violência rotineira nas dependências das Escolas, como em sua área externa venho solicitar perante Excelentíssimas autoridades para que tomem medidas cabíveis a fim sanar esses delitos. Surgiu que sejam realizadas rondas freqüentes, não só nas escolas como também em todo o distrito e uma maneira eficaz de coibir a violência que domina nosso Município. Com a palavra o Exm<sup>o</sup>. Sr. **Vereador Lucivaldo de Carvalho Oliveira**. Sr. Presidente, autoridades presentes, municipais e visitantes que nos honram com suas presenças. Foi ventilada a questão da moto. Vejo hoje a motocicleta como um dos grandes problemas, principalmente de assaltos em nossa cidade. Temos dois fatos recente que gostaria de relatá-los, porque atinge diretamente pessoas desta Casa. Um deles foi com nosso colega Vereador Gilson Cazumbá, que diariamente tem o mesmo horário para visitar o pai que se encontra doente. Justamente nesses dias ele foi assaltado na porta de casa, por motoqueiros dois dos quais encapuzados e os outros dois não. E, outro fato recente, inclusive levou seu veículo e, até hoje este veículo não apareceu, foi com o irmão do nosso colega Vereador Carlos C. da Purificação às nove horas da manhã. Ainda quanto a essa questão da moto, observamos não só aqui em São Gonçalo, mas em nível de Brasil que o quantitativo desse veículo é muito grande. Acreditamos que a maioria desse pessoal que conduz esses veículos não é habilitado. Não sabemos quanto à documentação desses veículos. Gostaria de saber que ações podem implementadas minimizar a situação envolvendo essa questão das motocicletas. Sobre a ronda policial. Aqui finais de semanas tem existido casos de violências, inclusive com morte. Como uma que sensibilizou muito a sociedade São-gonçalense, que foi uma moça que morreu em decorrência de um tiro. Então gostaria de saber como é feita esta ronda, qual a estratégia da polícia com relação a essas questões. Tenho uma sugestão como cidadão desta cidade, observo todas as vezes que vem ronda de fora de policiais não conhecido esse trabalho é mais eficiente e eficaz. Gostaria que o trabalho da CAEL fosse mais freqüente, que fosse todos os finais de semanas e que visitasse principalmente os bares da cidade. Outra sugestão é que fosse verificado se as pessoas que estão nesses ambientes estão armadas. Ronda nas escolas, porque é comum dentro das escolas com na frente das mesmas, pessoas que não tem nada haver com a educação e os professores trabalham com medo e, como sugestão a essa questão gostaria que diariamente houvesse ronda policial em todas as escolas e para que ficasse caracterizado que o trabalho foi feito que a polícia assinasse um termo de freqüência



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Hamílbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaramunicipal@sb.com.br](mailto:camaramunicipal@sb.com.br)

06

nessas escolas. Na questão da ronda policial acho primordial é o caso de menores de idade bebendo nos bares, principalmente nos finais de semanas. Como sugestão para essa questão os donos dos bares deveriam ser notificados pela polícia. No primeiro momento que eles fossem punidos com a pena alternativa, porque como cidadão percebo, que as pessoas realmente só se corrigem quando sentem no bolso. Quanto à demora dos inquéritos policiais de nossa cidade. Percebo até que eles correm de maneira desorganizada, falo isso porque sou vítima. Meus filho morreu de acidente de veículo no dia dezesseis de maio de dois mil e sete. Esse processo só teve segmento a partir do mês de setembro de dois mil e sete. Porque tirei férias para vir pessoalmente ao Ministério Público. Percebi neste dia que até o laudo cadavérico do meu filho que já se encontrava na delegacia não constava no processo que foi até a Promotora. Então gostaria de saber qual a forma de minimizar essas questões todas. Inclusive quanto a isso, gostaria que Dr<sup>o</sup>. Patrícia estivesse presente, pois vai fazer dois anos que meu filho faleceu e até hoje não teve uma audiência. Acho que todas essas questões se envolvem na questão de segurança. O descaiso do Governo do Estado quanto a questão da construção do Complexo Policial. Há mais de dez anos que o Município se dispõe a doar uma área para essa construção e o Estado nunca se interessou. Hoje temos uma delegacia que se não fosse uma ação do Prefeito Municipal que alugou duas casas para abrigar a polícia militar e civil iria terminar a delegacia caindo em cima dos policiais. Para quem não sabe todos os presos de nossa cidade estão no complexo policial por falta de segurança em nossa cidade. E seguranças em todos os termos. Então queremos saber como vai ficar essa questão. Com a palavra **Sr. Antônio Ricardo Alves Guimarães** - Major Comandante da Companhia de Santo Amaro. Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar o Presidente da Câmara por essa iniciativa. Nós temos viajado muito para as nove cidades que assumimos o comando participando de algumas audiências públicas. A polícia não pode ser resposta para tudo e para todos os problemas da sociedade. Quando a sociedade clama e pede que a polícia se manifeste para dar resultado em todos os seus problemas, é complicado. Quanto à questão da poluição sonora, precisamos saber se na Câmara existe uma Lei Municipal relacionada a essa questão. É um problema muito fácil de resolver a Câmara Municipal regulamenta e a polícia fiscaliza. Se já existe a Lei peço a Câmara que envie uma cópia para o Tenente Neves e juntamente com o Comandante do pelotão Albérico fazemos uma ação fiscalizadora.



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1306/1413 E-mail: [camarasgoncalos@bahia.gov.br](mailto:camarasgoncalos@bahia.gov.br)

07

Tenho certeza que a delegacia local vai nos dar total apoio. Na questão do combustível de viaturas. A Capital do Estado e algumas cidades grandes do interior do Estado nós já trabalhamos com CTF, Prefeito. Quando o CTF esta sendo instalado facilita muito essa questão de abastecimento de combustível, me parece que aqui não tem CTF, se o estado não tem como legalmente abastecer as viaturas nós só temos mais uma alternativa direta para resolver essa situação, que é através de convênio. A secretaria de segurança pública assina um convênio com a Prefeitura local, a qual disponibiliza a manutenção de viaturas para as policias militar e civil, abastecimento de viaturas, apoio com locação de imóveis, alimentação e contra partida as policias militar e civil fazem todo o trabalho necessários e inerentes para a comunidade. A única coisa que não pode ser abusiva nesse convênio é pagamento de gratificação. Pois policias, militares e civis já recebem pelo Estado. Com aparte o **Exm. Sr. Prefeito Antonio Dessa Cardoso**. Um bom dia a todos. Agradeço ao Coronel pela aparte concedida. Eu não entendi direito essa colocação que o Senhor fez Coronel? Que a policia militar, o Governo do Estado necessita de um convênio com o Município para abastecer a viatura. E esse convênio que dar a sustentação para isso? O que diz a Constituição Federal de que Segurança Pública é obrigação do Estado, isso não vale? Respondendo o **Coronel Ricardo** diz que vale sim, mas que temos algumas variáveis no interior do Estado, que têm que serem administradas de maneira legal, que no meu conhecimento seria através de convênio. Com a palavra o **Exm. Sr. Prefeito Municipal** gostaria de saber por que o Governo do Estado abastece a viatura do civil? É diferente o procedimento? O Governo do Estado manda para viatura da Civil trezentos reais de combustível por mês. O Município não tem obrigação nenhuma, mas mesmo assim o Prefeito Furão, dar oitenta litros por semana a cada viatura, no total de cento e sessenta litros por semana que dar para percorrer mil e quinhentos quilômetros numa semana. E a população ligar, como aconteceu sexta-feira a noite um roubo na Caixa Econômica Federal, a guarda Municipal acionou a policia e quem estava na delegacia disse à guarda que não poderia ir por falta de combustível. Não viemos aqui para transferir responsabilidade, o povo de São Gonçalo está aqui para encarar o problema e ouvir soluções. Obrigação da Segurança Pública é Governo do Estado. Nosso papel aqui é fazer fluir. O Município não tem responsabilidade nenhuma e banca noventa e cinco por cento da segurança pública daqui de São Gonçalo. Do combustível a manutenção das



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1306/1413 E-mail: [camarasgoncalos@bahia.gov.br](mailto:camarasgoncalos@bahia.gov.br)

08

viaturas. E o Senhor falou que a gratificação não pode, mas quando não se dá gratificação a policia, os policias fecham a cara e não fazem o serviço. Aqui Coronel quando tem festa do Padroeiro, na Zona Rural da cidade se não paga a policia ela não vai cumprir a sua obrigação. Nós queremos aqui é solução. Com a palavra o **Comandante Ricardo** diz: nós viemos aqui para discutir alternativas, não sou politico, não faço politica, trabalho na policia militar, vir aqui discutir algumas alternativas, tratar de alguns assuntos que fui convidado para isso. Estou chegando ao Município de Santo Amaro agora, encontrei alguns problemas na companhia e estamos trabalhando intensamente para ajudar no que for possível para resolver a situação. Com relação ao problema de combustível vou deixar bem claro o seguinte: Não sei se a viatura da policia Civil tem CTF. Se não tem CTF nós trabalhamos dependendo do convênio que é uma forma legal de resolver as questões atinentes a isso. Existe uma necessidade é claro esta necessidade, nós sabemos que só temos uma viatura no município e que só temos dez policias disponíveis para o trabalho. Com a palavra **Exm. Sr. Dr. Jean Silva Souza** - Delegado de Policia. Foi colado aqui de uma forma um pouco pejorativa pelo **Exm. Sr. Prefeito Municipal**, a questão de gratificação. Quero dizer que nunca solicitei gratificação nenhuma, nenhum policial da Policia Civil não recebeu gratificação sob o meu comando e se receber vai ser punido, porque policia não é para receber gratificação, é para fazer o trabalho dela, porque eu trabalho assim, conversei com o Prefeito solicitei medidas urgentes para cumprir o papel da policia, nunca pedir gratificação nenhuma. Não admito esse tipo de acusação. Quando falar da policia cite os nomes porque serão punidos. Gratificação é ilegal. Com a palavra **Exm. Sr. José Neto** - Deputado Estadual um bom dia a todos, ...temos que chamar igreja católica, evangélica, centro espírita, quem estiver disposto a fazer um grande embate em relação a drogas. Tenho dito isso em Feira de Santana ou assumimos a responsabilidade nos Poderes constituídos, na Câmara, no Poder Executivo, nas associações esportivas, fazendo grandes campanhas agregando todos, Ministério Público, Poder Judiciário ou nos iremos nos engolir, pois esse é o maior problema da humanidade. No Brasil, no nordeste esse problema tem crescido de forma estúpida. Fica aqui meu abraço e meus agradecimentos pelo espaço e me coloco a disposição do **Exm. Sr. Prefeito Municipal Furão** para que possamos pensar saídas, compartilhando porque o Município não é responsável por noventa e cinco por cento da segurança pública Porque o Município não é responsável pela



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgondos@bahia.gov.br](mailto:camarasgondos@bahia.gov.br)

09

segurança pública. Vossa Excelência pode dar gasolina, ajudar no aluguel de casa, mas é muito caro. Com aparte o Exm. Sr. Prefeito Municipal, **Antonio Dessa Cardoso**. ... Eu aceito Deputado que o Senhor propôs é o que? É compartilhar, eu que convoco o Governo do Estado a compartilhar. Porque o Senhor disse que segurança pública tem que ser compartilhada. Eu acho. O Senhor disse que eu imputar ao Governo do Estado, a única responsabilidade, mas não fui eu, quem diz e muito claro que segurança pública é obrigação do Governo do Estado é a Constituição Brasileira, em momento nenhum aqui culpei o Governador, pelo contrário ainda o defende. Agora compartilhar segurança em São Gonçalo. Segurança em São Gonçalo será compartilhada Município e Governo, quando ele fizer a parte dele. Porque na segurança de São Gonçalo a única coisa que o Governo Estadual está fazendo é pagar o salário dos policiais. Porque o combustível o Senhor minimizou ai. Não é só combustível. É combustível, porque quem banca é o Prefeito. É alimentação dos policiais, é a casa para implantar o batalhão da polícia militar que seria obrigação do Governo do Estado restaurar a Delegacia. A casa para implantar a polícia Civil, já alugamos. Então eu em momento nenhum ataquei o Governo do Estado, mas já que o Senhor falou em compartilhar eu convoco aqui e intimo o Governo do Estado a fazer a sua parte. Com a palavra o Exm. Sr. **José Neto**, Prefeito quero dizer que não é noventa e cinco por cento, como Vossa Excelência disse. Porque Vossa Excelência tem que lembrar quantos policiais tem em São Gonçalo, Quanto recebe um policial. Esse Governo Prefeito já encontrou a situação dos convênios com os Municípios de anos e anos. O Delegado de São Gonçalo e os policiais, todos também receberam o que todos os Delegados e policiais militares e civis da Bahia receberam em termo de direitos. Avançamos nos direitos e na qualificação, porque na verdade estimula as duas policias que não tinham atenção que merecia. Veículos nós encontramos um caos e entregamos duzentos e pouco e vamos entregar até junho mais duzentos. Isso é gradativo. Agora não dar para aceitar é que parece que é o Governo Wagner que está agindo dessa forma em São Gonçalo. Sempre houve o convênio, sempre houve as dificuldades e estamos gradativamente modificando isso. O Prefeito ficou de fazer o decreto de desapropriação da área e opinando aqui coloquei a disposição de encaminhar com o Prefeito essa solicitação já com área desapropriada na trabalharmos a possibilidade de construir o complexo. Quero dizer ao Prefeito encerrando que o Prefeito que tínhamos aqui ano passado o Sr.



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgondos@bahia.gov.br](mailto:camarasgondos@bahia.gov.br)

010

Carlinhos do PFL, do DEM que não tenho nenhuma relação com DEM, mas quando fui chamado pelos empresários preocupados com a dificuldade que tinham de avançar com as indústrias, empresas aqui em São Gonçalo, não tive nenhum problemas Sr. Prefeito Furlão. O povo de São Gonçalo terá a atenção que merece porque independente de dirigente pode ter certeza nós temos um Governo com os pés no chão, sabendo das aflições do nosso povo. Com a palavra a Senhora **Marina Vasconcelos**. Quero complementar primeiramente as autoridades presentes e representadas, ao povo que luta, que busca os seus direitos humanos e que estamos aqui também fazendo minhas as palavras de Rita Barreiros que nossa cidade precisa de muita proteção, de muita oração para que Deus se volte para esta cidade e que o Prefeito, o Governador do Estado para que os mesmos tenha empenho necessário, para os mesmos tenham muita força, capacidade e condições para socorrer São Gonçalo e evitar que esses problemas cresçam e que venham prejudicar a juventude a infância e as famílias que sofrem com os filhos que andam na droga, na corrupção e nesse abuso da noite, pois o fim de semana em São Gonçalo está sendo muito abusivo, ninguém pode dormir, porque o som vai até os bairros mais próximos da sede. Porque os filhos de papai aqui é quem mandam. É preciso que haja um freio nos filhinhos de papai porque, senão a coisa vai piorar. Vamos ajudar ao Prefeito para que ele possa governar. Com a palavra o Sr. **José Conrado** bom dia a todos gostaria de dispensar as formalidades e dizer que poucas vezes se ouviu no Brasil um político não falar só como um político, mas falar como cidadão as palavras do nosso Prefeito refletiu e reflete os sentimentos do nosso povo. O Prefeito está de parabéns, pois foi pó isso que o Senhor recebeu oito mil votos em São Gonçalo. Porque O Senhor não fala só como Prefeito e, sim como amigo, como irmão, como companheiro, como filho e pai. Quero dizer também que discordo da palavra do comandante porque repressão no combate é parte da polícia e isso não é feito com eficácia dentro de São Gonçalo, porque a gente ver em praça pública, policiais parando cidadão porque está sem capacete, pedindo habilitação e multando, mas os assaltantes estão ai andando de capacete roupano todos os dias a qualquer hora e a repressão não é feita, porque não param qualquer um toda hora, nos becos, nas vielas, em bairros mais distantes, só param no centro da cidade, porque quem anda sem capacete e sem habilitação no centro da cidade são pessoas de bem. Concordeio quando o Comandante fala que a polícia não é solução para tudo, pois existe a parte



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgoc@bahia.gov.br](mailto:camarasgoc@bahia.gov.br)

011

social que vem do Governo, da família, dos amigos. Com a palavra o Sr. **Paulo César Estrela Cerqueira** bom dia a todos. O major falou que a polícia nem tudo pode fazer, mas ela também faz um coisa principalmente no caso da polícia militar. Não sei nomes. Quando vem a operação CAEL, porque os traficantes de nossa terra, já sabem? Com a palavra a **Professora Rosemeire Borges Ramos**, representando Escola Padre Bráulio Seixas. Como Educadora e mãe aprendi que devemos trabalhar simplesmente com a prevenção. É mais caro ou mais barato para o Governo ao invés de trabalhar em presídios investir na própria polícia, trabalhar o jovem e desenvolver trabalho e acima de tudo esporte para ele? Como é que podemos trabalhar com a segurança pública uma vez que temos não só em nossa cidade, mas em nosso País jovens ociosos, sem direção, sem respeito e sem direito. Por que após os Governos tirarem educação e civismo, religião, das escolas passamos a viver tudo que estamos vivendo. Não adianta o jovem saber que ele tem que buscar o poder aquisitivo quando ele não reconhece que simplesmente o que deve prevalecer no mundo são relações humanas, não adianta o jovem saber que ele pode simplesmente adquirir uma moto ferindo a tudo e a todos desde quando ele não sabe que ele tem que ter direito e respeito a todos aqueles que o cercam. Como foi dito que deveríamos dar sugestões estamos aqui educadores e mães para pedir sim, esporte, lazer, dizer também que precisamos ter na nossa cidade, atrativos saudáveis e seguros para os nossos jovens. Com a palavra **Professora Teresa Neuma Mota Carvalho**, Bom a todos, dispense as formalidades, gostaria de em nome das outras diretoras das escolas estaduais, falar aqui com relação aos roubos que acontece nas Escolas do Estado. O Polivalente foi a maior vítima desses roubos. Temos uma lista enorme de equipamentos que foram roubados. Gostaria de pergunta ao Senhor Delegado por que é tão difícil recuperar equipamentos do Estado? Só do Colégio Polivalente foram dez computadores. Hoje os adolescentes só têm direitos eles não têm deveres. E a escola sozinha está conseguindo educar muito pouco. Precisamos da contribuição da família. Gostaria de cobrar da Promotora é questão da impunidade. As coisas acontecem em nossa cidade e não vemos resultados. As denúncias são feitas, os processos são iniciados, mas a gente não ver a solução desses casos. Então quando um adolescente sabe que o outro fez e não aconteceu nada, infelizmente eles irão praticar isso também. Com a palavra Exmº. Sr. **Vereador Tenório Barreiros Dantas**. Bom dia a todos. Queria fazer uma cobrança ao Deputado José Neto e Sérgio Carneiro.



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgoc@bahia.gov.br](mailto:camarasgoc@bahia.gov.br)

012

Porque José Neto veio aqui defender o Governo e nos estamos aqui para resolver o problema de São Gonçalo e não é para o futuro e sim hoje, essa audiência e para resolver, cobrar da Secretaria de Segurança Pública. Com a palavra o Exmº. Sr. **Deputado Bira Coroa**. Bom dia a todos. Quero saudar a mesa em nome do Presidente Gonçalo e ao mesmo tempo destacar a importância de um ato como esse nesta Casa Legislativa e acima de tudo o espaço da sociedade. Fui Vereador por dois mandatos no Município de Camaçari e presidir a Câmara por uma legislação e sei da responsabilidade, do compromisso de uma Casa Legislativa e hoje como Deputado Estadual, também represento o Poder Legislativo. Quero saudar em nome do Prefeito Antonio Dessa todos os munícipes e os visitantes aqui presentes. Quero saudar em nome da Primeira Dama todas as mulheres. Gostaria de chamar a atenção de todos aqui essa temática é uma discussão que tem circulado no Brasil inteiro em especial na Bahia e que importante, por isso mais uma vez quero parabenizar a Câmara por essa iniciativa de trazer uma audiência Pública na relevante importância que tem para nossa sociedade no momento que estamos vivendo. Mas é interessante destacar que segurança não é uma questão específica de polícia, tenho dito isso frequentemente, porque na realidade estamos vivendo o efeito da ausência de políticas públicas que construíram essa nossa sociedade e quando digo isso "ausência de políticas públicas ou a presença de políticas públicas sem compromisso com a sustentação, com o desenvolvimento e manutenção da nossa sociedade. Como exemplo, o que nós hoje estamos clamando é a presença da polícia para reprimir ou para coibir é porque a educação não funcionou. Estamos vendo o efeito degradante do que causaram com o ensino público em todos os âmbitos. O maior exemplo que tenho dito como educador foi o crime implementado pelos Governos passados nesse Estado quando excluíram os cursos técnicos profissionalizantes da responsabilidade do Estado. Ocasinou-nos ter hoje a juventude sem perspectiva, quando a maioria da nossa juventude tem que ocupar o mercado de trabalho de idade precoce. No Município de Camaçari criamos uma Lei Municipal, obrigando as empresas que se instalasse no município a partir de dois mil e dois manter em média de setenta por cento de seu quadro funcional com emprego local cumprindo a micro região da região metropolitana e hoje nós não conseguimos manter essa Lei. Sabe por que? Porque a maioria das empresas lá instaladas como em todas as regiões hoje estão buscando o nível técnico profissional, qualificação e nós nem sempre podemos oferecer jovens qualificados para



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefex: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaresgoncalos@br.com.br](mailto:camaresgoncalos@br.com.br)

013

ocupar esses postos de trabalho. Assim também a desintegração da família que é outro aspecto que deve ser discutido. A família tem sido um fator importante. E como educador quero concordar com a diretora que se pronunciou minutos antes. A ausência da família na escola, no acompanhamento, desenvolvimento e crescimento de seus filhos. Nossos filhos também são responsáveis. E a questão de depredação e conservação das escolas é porque ai nós também erramos com educadores. Conseguimos construir a escola como uma ilha isolada da sociedade e não como patrimônio da sociedade. Precisamos trazer a família para dentro das escolas. Quero concordar com as falas que me antecederam quando discutiram a ação do Governo do Estado, porque nós não podemos fazer de conta que recebemos um Estado com dois milhões e trezentos mil analfabetos com o maior índice de analfabetismo do País, representando vinte por cento de todos os analfabetos do País não ter relacionado a essa questão. Um Estado que foi herdado com o maior índice de desemprego do País e aqui temos que trazer a discussão para o Município, concordo plenamente. Como estão esses índices no Município? Qual o nível de analfabetismo? Qual é o nível medido pelo índice nacional do grau de educação desse Município de escolaridade em todas as suas instancias do primeiro ao segundo grau? Como podemos medir e avaliar o nível índice de desemprego e consequentemente iremos chegar a ações conjuntas Senhor Prefeito. E responsabilidade tem que ser dividida por todos. Não podemos aqui estar transferindo responsabilidade, porque a responsabilidade é de todos nós que aqui estamos. Viemos aqui com um compromisso de juntos encontramos alternativas, somar esforços e construir um novo momento e um novo tempo. Não tenho dúvida alguma que o Estado tem que assumir o seu papel e estamos fazendo. Sou Deputado dos Partidos dos Trabalhadores, assim como os companheiros Sérgio e Zé Neto. Aqui estão o Prefeito e Lúcio representando o PMDB, que estamos na mesma base do Governo, na mesma base de sustentação de construção desse novo momento e pela primeira vez, talvez na nossa história política possamos ter a base governista, discutimos problemas, ouvindo a sociedade e se posicionando, muitas vezes de forma dura e fazendo enfrentamento ao nosso próprio Governo. Reconheço que a situação encontrada hoje pelas policias civil e militar estar muito aquém das necessidades mínimas necessárias para funcionamentos, que não responsabilidade exclusivamente desse poder, mesmo entendendo que este governo tem que dar respostas afirmativas e transformadoras. Agora não



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefex: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaresgoncalos@br.com.br](mailto:camaresgoncalos@br.com.br)

014

podemos fazer de conta que a situação hoje de efetivos nas duas policias é consequência da ausência de compromisso de Governo passado. Foi realizado um concurso público para agentes e escrivães na policia em noventa e sete e, esse concurso só estar sendo concluído agora, e estar inviabilizando o Governo do Estado de fazer um novo concurso. Porque o edital do concurso passado amarrava que só conclua o concurso quando vencidas as quatro etapas e essas etapas arrastaram-se mais de doze anos e só esse Governo estar conseguindo concluir essas etapas para abrir uma inscrição para mais três mil policiais civis que é a necessidade básica. Precisamos da participação e compromisso do judiciário, porque um dos fatores que tem alimentado a violência é a sensação de impunidade, quantos e quantos processos se arrastam por longos anos nas varas sem soluções e consequentemente, nós cruzamos nas nossas cidades com marginal ou com infrator reconhecido pela sociedade, mas ainda livres pela inoperância ou pela lentidão da justiça. A guarda municipal é um instrumento importante da sociedade que tem que ser utilizado. No município de Camaçari a ronda escolar é feita com a guarda municipal e assim conseguimos de certa forma fazer o enfrentamento a três aspectos que eram encontrados nas escolas. O primeiro a circulação fácil das drogas com a presença da guarda municipal foi inibida essas ações diretas nas portas das escolas. Segundo e a cooptação para outras ações como a prostituição, mas também a identificação dos alunos que não frequentam a escola ou que chegam à escola e ficam do lado de fora não entram e automaticamente a guarda municipal tem identificado esse aluno tem colocado a direção da escola e os pais têm sido chamados pra discutir com a escola qual a condção a ser dada e isso tem diminuído também a ação de estudantes faltosos que isso tem sido comum nas nossas escolas e por fim quero me colocar a disposição desse processo de luta, pois essa guerra é da sociedade baiana. Com a palavra o Exm. Sr. Vereador **Antonio Saturnino dos Santos**, bom dia a todos, serci breve na minha, porque já ficou aqui claro pela fala das pessoas que me antecederam com relação a segurança pública no município que estar sendo uma preocupação muito grande. Gostaria Senhor Prefeito de me congratular com a sua fala, porque na realidade quem recebe o bombardeio, primeiro é o Prefeito, são os Vereadores, que são as pessoas ligadas diretamente com o povo. Aqui temos autoridades, mas Senhor Presidente, gostaríamos que saísse daqui e ficassem registradas algumas ações, porque tenho certeza que evento desse porte durará muito para que possamos ter a oportunidade de levar nosso



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**

Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefax: (75)246-1300/1413 E-mail: [camara@saogoncalo.ba.gov.br](mailto:camara@saogoncalo.ba.gov.br)

015

clamor. Gostaria também Senhor Presidente, de registrar e dizer da minha insatisfação com a ausência da Drª Juiza, que é talvez hoje neste evento e a pessoa mais indicada para estar aqui levando ao conhecimento do povo como é que está realmente a segurança no nosso município. Mas não saindo do fogo, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta diretamente a pessoa ligada ao trânsito, como foi falado aqui o trânsito é também um instrumento ligado a segurança pública. Gostaria de saber do senhor Warney, se a lei de trânsito municipal é um dever legal do município ou é uma obrigação ou uma opção? Gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma provocação as pessoas que ainda não se pronunciaram que fazem parte da mesa para que realmente saia uma ação daqui hoje, que não fique só na palestra e no discurso. Com a palavra o **Sr. Warney**: Sr. Prefeito, Sr. Presidente, meus senhores autoridades presentes estou presidente do Conselho Estadual de Feira, não sou Presidente, recentemente fiz uma palestra em São Félix e fui convidado a participar dessa reunião aqui. Venho com muito prazer, tenho dito nas palestras que eu fiz na região, que eu gosto muito da região, tenho feito muito carinho pela região e estou aqui em Conceição da Feira com 1ª pequena propriedade sou cidadão de conceição da feira e mim sinto na responsabilidade de participar de todo evento que seja feito na região, respondendo ao nosso vereador, pois ação de trânsito não é opção, é dever da câmara isto está escrito no código nacional de trânsito, lei federal e no artigo 7º e 8º o município tem que participar como integrante do sistema nacional de trânsito e isso traz responsabilidade para os gestores de trânsito, se o município não cria o seu órgão de trânsito os gestores estão sujeito a algumas penalidades legais como improbidade administrativo que no cumprimento da leis como responsabilidade fiscal por receita, é uma receita presumida renuncia e ainda como artigo 1º parágrafo 3º do código diz que o gestor do município que não tem sinalização e está cumprido a todas as obrigações legais responde objetivamente pelos acidentes ocorridos no município, então municipalização é na realidade dever legal é lei federal não tem outra saída, nós do DETRAN estamos colocando a disposição dos municípios com a equipe de advogados para preparar material de legislação todas necessárias para que as prefeituras venha se integrar, nós temos na realidade 417 municípios e só temos 23 municípios integrado ao sistema nacional representa uma media de 5% dos município baianos e a media nacional é de 14%, nós temos no estado um custo muito alto com acidentes de trânsito é um bilhões e 400 por ano de



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**

Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefax: (75)246-1300/1413 E-mail: [camara@saogoncalo.ba.gov.br](mailto:camara@saogoncalo.ba.gov.br)

016

custo com acidentes de trânsito incluindo ai hospital, recuperação de veiculo e toda essa gama que envolve o trânsito inclusive com problemas de salário e cresce até o número de hospital é de referenciar a moto com problema do capacete não há condições de dispensar o capacete, porque o capacete é obrigação do código, o código no artigo 244 exige o uso do capacete, ele chega a determinar a suspensão do direito de dirigir do motociclista e não usar o capacete, inclusive com própria viscira não pode suspender a viscira então eu acho que o problema do assalto é problema de blitz tem que se fazer mesmo blitz em todas as áreas do município onde tem assalto procurar combater com blitz e um problema policial eles tem que fazer um sistema de blitz Feira de Santana hoje eu já tenho assistido eu vou até pra lá agora eu tenho um compromisso lá, as blitz constantes em todos os pontos da cidade dia de sábado então é demais aqui e tá reduzindo em Feira, agora é uma febre Nacional, eu tenho viajado entendeu moto é febre nacional não tem jeito, custo é barato e hoje todo muda tá fazendo no município moto taxi é tudo. Mas o código ainda diz o seguinte: Trânsito seguro é direito de todos os deveres do órgão de cidade do sistema Nacional de trânsito. O sistema Nacional de trânsito inclui a prefeitura que a prefeitura tem obrigação de se integrar ao sistema. Ainda o código do artigo 1º diz os órgãos e entidades de trânsito pertencente ao sistema Nacional da não prioridade a suas ações a defesa da vida nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente. Então vocês acreditam que trânsito também é segurança não de acidentes é enorme, nós temos um custo muito alto nas estradas Federais são 30mil morte por ano. E nós estamos no DETRAN à disposição do município que teve o interesse de verificar tomos lançando um manual guia pratico de municipalização e eu trouxe um para que o município possa seguir todas as orientações pra municipalizar agora não precisa ser um sistema mega, pode ser feito convênio com a PM, DETRAN para que possa ser um município integrado ao sistema, agora a necessidade de criar o órgão, então estamos em plena disposição. Obrigado. **Capitão Carlos** tem capacidade da 4ª companhia de Feira de Santana assumir e coordenar a Corporação de São Gonçalo dos Campos? Tendo em vista a necessidade de apoio imediato levando em consideração à distância do Município de Santo Amaro, pois este vereador que a gente descreve que mora na divisa Feira/São Gonçalo e, muitas vezes já necessitou dos serviços, não sendo aqui atendido por diversas razões, solicitou apoio a companhia de Feira de Santana a qual informou a impossibilidade em atendê-lo por não pertencer ao município,



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgoncalos@bahia.gov.br](mailto:camarasgoncalos@bahia.gov.br)

017

sendo assim se haveria possibilidade da criação da companhia independente para esse município ou a transferência da competência para o Batalhão de Feira de Santana. Tendo em vista que a mesma é muito mais próxima que a Cia de Santo Amaro. Solicito uma posição urgente das autoridades competentes. Com a palavra o Prefeito Municipal Exmº. Sr. **Antonio Dessa Cardoso**. Neste momento está acontecendo a mobilização em Salvador aonde estão agora reunidos na UPB – União dos Prefeitos da Bahia – quase quatrocentos prefeitos, discutindo problemas dos municípios e eu deveria estar lá, que fui nomeado por Roberto Maia, um dos responsáveis por esse movimento, mas optei por participar deste evento, são mais importantes os eventos do meu município do que o evento estadual. Estão lá quase quatrocentos prefeitos reunidos e quase todos eles vão embarcar hoje a tarde junto comigo pra Brasília para participar amanhã de encontro nacional dos Prefeitos do Brasil. Estamos aqui, mas o Deputado Zé Neto não pode ficar até o final porque morreu um amigo dele em Feira de Santana. É o único enterro que eu vejo acontecer ao meio-dia é o enterro do amigo do Deputado Zé Neto. Meus amigos e minhas amigas, compromisso aqui destaco os políticos que vieram de fora: Lúcio e Bira Coroa. Venha Bira, quantas vezes, quiser a São Gonçalo e me dê a honra de tomar um cafezinho na Prefeitura. Conte com Furlão e com o grupo dele para tudo em São Gonçalo, em homenagem e ao respeito que teve com o povo desta terra. Mas meus amigos e minhas amigas, a ajuda que o município está dando à segurança de São Gonçalo não para só por aí. Combustível, alimentação dos policiais, casa para a delegacia, casa para a policia militar e antes de começar a reunião e essa audiência pública, eu disse a Dr. Jean e a Dr. Fábio Lordelo, esqueça a viatura, vão buscar outras ajudas para a policia de São Gonçalo porque o Prefeito Furlão nesses dez dias vai dar um carro novo a policia de São Gonçalo dos Campos. Desde janeiro, quando pegamos uma guarda municipal com pouco mais de doze homens, você sabe Cacau, você foi o chefe do setor pessoal e, tem hoje cinqüenta funcionários porque eu ampliei para melhorar a segurança de São Gonçalo, não porque eles vão prender ninguém, porque não pode, mas dá suporte a policia militar. Jorge Nei e Val que são hoje responsáveis pelo comando, dão suporte às policias como deram sexta-feira a noite aonde Ramos, gerente da Caixa Econômica chegou hoje e me disse: na sexta-feira de madrugada, sexta para sábado, a Caixa Econômica teve um de seus caixas eletrônicos assaltados. Não foi isso Sr. Ramos, a guarda municipal percebeu, ligou para a policia para avisar, vocês



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Humbil Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefone: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgoncalos@bahia.gov.br](mailto:camarasgoncalos@bahia.gov.br)

018

apareceram e quando eu bato de frente, eu vou aqui elogiar também uma vez policiais, eu recebo cara feia, pescoço inchado, não tenho medo de cara feia se falarem de tantas viaturas que o Estado comprou, mas grupos Jades aqui é dono do Jornal Feira Hoje entrevistou o Secretário de Segurança Pública, César Nunes, que vai dar anúncio na próxima quarta-feira cento e vinte e seis viaturas, sendo que seis dessas cento e vinte e seis para Feira de Santana e três para cidades vizinhas de Feira de Santana. As cidades vizinhas de Feira de Santana que precisam de viaturas são muito mais de trinta e, apenas três, vão receber; e esse é o avanço da segurança pública em passos largos que Zé Neto se referiu; esse é o avanço a passos largos como eu disse a ele - os passos são tão largos que pulou São Gonçalo. Esqueceu de pisar e dar o passo em São Gonçalo. Queira Deus, Deputado Zé Neto, que São Gonçalo com a sua ajuda não se torne o que sua cidade, Feira de Santana, se tornou que, proporcionalmente, é a cidade que mais mata na Bahia hoje e, não vou culpar os policiais nisso; podemos culpar a falta de apoio que a policia tem. Como é que eu posso me meter na casa dos outros se a minha casa está desarrumada. Nós vimos semana passada, Dr. Fábio Lordelo teve que transferir presos do complexo de Feira de Santana para presídio de Serrinha e outras cidades, porque Feira já está superlotada. Porque os passos largos deste governo não passaram por Feira de Santana, quanto mais por São Gonçalo dos Campos. Estou falando aqui e falo na frente dele porque eu e Lúcio, na hora que ele veio nos cumprimentar, pedimos para que ele ficasse para você ouvir a resposta e ele disse não, porque "eu vou para o enterro de um amigo". Marca um dia, Zé Neto e hora na Rádio São Gonçalo para a gente provar as mentiras que você tem falado em São Gonçalo. Que ampliou o SIS para São Gonçalo, onde o diretor da indústria e do comércio, Bira você sabe disso, é do PMDB, é indicação do Ministro Geddel Vieira Lima e, se foi ampliado para São Gonçalo, foi ampliado por solicitação de Geddel, de Lúcio e de Furlão que o pleito foi atendido de pronto pelo Governador Jacques Wagner. Eu me calo no meu erro, mas eu dentro da minha razão, da minha verdade, boto um pelotão na minha frente que aí a gente vai discutir. Gostaria que seguidores de Wagner agissem como ele. Na decência, olhar no cara a cara e falando a verdade. Estive poucas vezes com Wagner, mas as poucas vezes que estive com ele aprendi a respeitá-lo e admirá-lo pela maneira que ele conversa com as pessoas, olho no olho, falando o que pode falar e não, simplesmente, mentindo, isso momento nenhum é intenção nossa aqui, Deputado Bira, criticar o governo, mesmo porque eu não posso



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefax: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaresgoncalos@brasil.com.br](mailto:camaresgoncalos@brasil.com.br)

019

criticar esse governo, Lúcio não pode criticar esse governo, porque dele fazemos parte. Apenas queremos ser respeitados por ele, respeitando a nossa proporcionalidade que temos dentro dele, ou seja, respeitando os cento e dezessete prefeitos que temos na Bahia que são do PMDB e que dão respaldo e apoio a este governo. Meus amigos e minhas amigas, agradeço a todos, peço desculpas por não poder ficar mais. Tenho que passar na prefeitura e pegar a passagem e os documentos para ir a Salvador que eu vou para Brasília agora a tarde. Mas o que ta me custando a segurança pública por mês, ao longo dos doze meses, vai ser dinheiro o suficiente para fazer qualquer obra importante em São Gonçalo, qualquer grande obra, mas na minha consciência de administrador, pai, amigo e irmão, eu julgo, reputo mais importante do que levantar paredes, edificar prédio, mais importante do que tudo isso, é dar apoio ao tenente Neris e ao Dr. Jean, para melhorar a segurança pública não só nossa, mas para de nossos filhos. A todos vocês muito obrigado e parabéns mais uma vez a Câmara. Com a palavra o **Presidente da Acon, Sr. Guilherme da Fonseca**: Boa tarde a todos, fica difícil, depois de falar esse discurso emocionado do Sr. Prefeito, eu acho que tudo que a gente ouviu, uma palavra é muito importante, que se chama união. Eu acho que precisamos ter união do Executivo, do Legislativo, dos senhores Deputados do Governo Federal e, principalmente da sociedade e das entidades. Essa, acho, é a palavra-chave: União. Gostaria de parabenizar esta Câmara por essa iniciativa de muita importância. Acho também que iremos sair daqui com atitudes concretas, como o Deputado Lúcio Vieira Lima pediu, seja uma viatura, seja uma blitz, seja o que for, tem que ter atitude concreta, não ficar de palavras e sim, atitudes concretas. Diante disso, representando a Associação Comercial de São Gonçalo, eu gostaria de fazer algumas sugestões, para não dizer cobranças, talvez se houver algumas sugestões. Primeiro, Sr. Prefeito, dirija ao Senhor o seguinte: eu já sei que a Guarda Municipal, como o Dep. Bira Coroa falou, que é de suma importância apesar de que eu também concordo e se também já está sendo feito, me desculpe, mas sei que já foi enviado, não é do meu conhecimento, uma capacitação e identificação desses guardas municipais perante a comunidade. Eu acho que a guarda municipal é de suma importância, é uma extensão da Polícia Militar e da Polícia Civil, então eu solicito essa capacitação, um treinamento desse pessoal. Segundo, eu gostaria também de solicitar, eu acho que foi o motivo disso aqui, apresentar sugestões, equipar, não sei se é dever do estado, mas equipar a polícia civil e militar



ESTADO DA BAHIA

**Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos**Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.864/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefax: (75)246-1300/1413 E-mail: [camaresgoncalos@brasil.com.br](mailto:camaresgoncalos@brasil.com.br)

020

para que ela tenha condições de trabalhar. Primeiro foi tudo isso que o prefeito já fez, designando o espaço físico com condições de trabalho. Eu acho também que estamos em plena era de informação, precisamos equipar com nível de computadores, de internet, precisamos também melhorar a questão do transporte. Não só viatura. Viaturas sem manutenção e combustível não rodam. Não adianta a gente ter dez viaturas, se a gente não tiver manutenção e combustível. A terceira solicitação é a ampliação, não sei se possível, no caso PM, que no horário de plantão, a gente tenha mais policiais, pois existem muitas queixas quando se tem uma festa na zona rural, ou mesmo aos domingos, a cidade fica totalmente desguarnecida. A quarta é a solicitação de uma linha direta da comunidade, principalmente o comerciante que eu defendendo agora, com a polícia civil, e que os telefones funcionem 24 h ligados direto. A quarta, eu acho uma coisa que de menos importante é a aproximação maior tanto da PM e polícia civil com a comunidade; vamos também valorizar os policiais civis e militares, e a gente ta junto através de palestra, encontro e reunião; esse pessoal também está colocando a cara na tela aí, está trocando tiros com polícia sem ter equipamento para isso. Acho também que temos que valorizar que os policiais corruptos sejam linchados aqui. O bom policial tem que ter condição para ele trabalhar e a última coisa é a seguinte: dinheiro e recurso a gente tem, porque se todo dia a gente vê no Jornal Nacional para onde ta indo o dinheiro. Dinheiro tem. Basta que o político competente queira, com o prefeito, fazer o que faz. Parabenizam o Prefeito Furão, como você colocou ai como cidadão, não como prefeito, e lhe digo, vou sempre lhe cobrar como gestor. O papel do prefeito é gestor, você é o cara que vai conduzir nossa política, foi como o Deputado Lúcio falou, não foi Furão quem fez, foi o município que fez. Muito obrigado! Com a palavra **Dr. Jean Souza, Delegado de Polícia**. Bom dia, bom dia a todos. Boa tarde já, né? Infelizmente eu estou falando por último. Estou trazendo um projeto estrutural que dê para dar uma visão do que a gente tem encontrado e algumas soluções para isso. Primeiro, eu vou parabenizar a Câmara de Vereadores, na pessoa do seu presidente. É a única oportunidade de a gente estar aqui com autoridades do Ministério Público, como do Poder Público Estadual e Municipal, é necessária essa integração, vocês estão aqui buscando soluções sérias, eu não vim aqui trazer medidas, mas decisões políticas não. Eu trouxe realmente um projeto; tenho aqui um plano de ações para ser aplicado no município que depende desse papel político que



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefex: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgocampo@bahia.gov.br](mailto:camarasgocampo@bahia.gov.br)

021

depende do Ministério Público e que depende da comunidade principalmente. A gente tem uma dificuldade muito grande hoje de estrutura; eu tenho uma dificuldade muito maior, é que a comunidade aqui é silente, ela se cala diante da violência, ela aceita a violência e não denuncia. Eu não recebo uma denúncia da comunidade, não é possível. Vocês estão aqui sofrendo violência, denunciem, procurem o delegado de polícia; eu dependo dessa denúncia; indiquem os autores dos crimes; eu vou combater; eu posso não ter nada, eu posso sair de pé, correndo; eu adoro o que faço; eu vou lá e vou prender; eu posso estar a pé, eu posso Ca ou uma pedra, mas eu vou fazer a prisão; mas é preciso que vocês participem. A comunidade precisa participar, a gente está aqui reunido e todo político, para ouvir vocês. Eu sei da dificuldade, eu vejo o índice da violência aumentando, são pontuais; são crimes ruins que causam o temor público, mas eu dependo desses casos e comunidade participando. Abordagens semanais em logradouros públicos, como bares, pontos, eu preciso que a comunidade informe onde são os pontos de drogas aqui, abre uma boca aí e fala, eu lá, pode ter certeza que vai fechar Abrão a boca e falem pô, pessoal, vocês estão sofrendo a violência, os combates as drogas aqui são primordiais para mim, eu acho que a droga realmente gera um monte de outros crimes, eu espero de vocês da comunidade as denúncias, vou encerrar por aqui, vou deixar o plano para que seja observado por todas as autoridades aqui presentes e disponíveis eu espero que no decorrer desses anos que eu pretendo ficar aqui que eu desempenhe um papel de melhor forma possível obrigado para vocês. Com a palavra a Srª Francisca: Eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor Delegado: se já existe esse número pra ser denunciado por que a viva voz e chegando a delegacia nós não temos o direito de fazer isso, por que no outro dia nós amanhecemos com a boca cheia de formigas. Bom, dentro do projeto eu queria criar um disque denuncia, um órgão apartado da Polícia para facilitar essa comunicação dessa comunidade de que às vezes tem medo de denunciar diretamente, tenho o telefone da Delegacia, a maioria aqui não conhece e tem o 190 do PM, que pode ser feito a denúncia. Eu pretendo tentar recuperar um número que seja usado para a Polícia Civil que era 197 se não me engano que é usado para esses tipos de denúncia, vou tentar a respeito da secretaria de segurança e vai ser feito a divulgação dos telefones da delegacia, eu acho que o ministério público também tem que ser informado porque tem muitas denúncias que passam pelo ministério público e na PM p/



ESTADO DA BAHIA

### Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos

Av. Humbal Pedreira, s/nº - Centro CEP: 44330.000 CNPJ: 13.226.584/0001-60  
Caixa Postal nº 38 Telefex: (75)246-1300/1413 E-mail: [camarasgocampo@bahia.gov.br](mailto:camarasgocampo@bahia.gov.br)

022

que vocês tenham esse acesso, às vezes vocês não sabem, a comunidade às vezes não tem o número da delegacia e aí é importante que vocês saibam 3246 -1568(delegacia) . Com a palavra a senhora Francisca: A outra pergunta é que a quatro em quatro anos são mudados os prefeito, vereadores, deputados, senadores e, porque os policiais dessa cidade não são mudados? Com a palavra Dr. Fábio Lordelo Coordenador da Polícia Civil, cumprimento a todos na pessoa do Presidente da casa e cidadãos de São Gonçalo eu queria antes responder a pergunta da senhora, falar em relação às denúncias, hoje sem sombra de dúvidas no mínimo 40% a 50 das ações policiais voltadas a tráfegos de entorpecentes vem de denúncias anônimas. Se eles não estão em harmonia o que acontece é isso, a polícia cansa de prender os mesmos indivíduos, Feira de Santana, bateu o recorde de prisões 150 pessoas presas estourou dos 150 sai semana 15, 20, 30 e nós chegamos à superpopulação de 150, desses 15, 30, 40 que sai por mês 20% no mínimo volta. Então nós temos que começar pensar em segurança pública diante do adiantado da hora não dá, mas eu peço outra reunião nesse sentido e até mais reduzidas me permita senhor presidente e mais gente participando porque é aí que temos soluções porque 1º é necessário entender o sistema de segurança pública ate para poder cobrar. Todas as pessoas envolvidas na segurança pública devem estar juntas discutindo e assumindo seus erros porque a polícia tem erros mesmos. Nos erramos em algumas ações, falhamos em alguns momentos, mas acertamos e muito também porque o delegado daqui Dr. Jean saiu de uma cidade onde fez um trabalho brilhante. A indicação de Dr. Jean foi minha, foi técnica Dr. Jean tem condição de desenvolver um excelente trabalho, basta que ele encontre parceiro, pois os principais parceiros para isso é a comunidade você é que vão influenciar e até mudar o comportamento da própria unidade policial e dos policiais que lá estão, pois Dr. Jean não é sozinho a polícia é uma equipe, tem seu corpo de investigadores, tem o setor de escritas, então é a população vai incentivar e fortalecer a equipe. Digo a todos que o que tiver ao nosso alance vamos fazer, agradecemos desde já o apoio do poder municipal. Com a palavra Drª. Marcia Moraes dos Santos Vaz, Promotora Pública: Eu quero cumprimentar a todos aqui na pessoa do Senhor Presidente desta casa e dizer que é grata satisfação deste movimento desta audiência pública e também grata por que felizmente 180 dias de afastamento a notícia é de que a violência alimentou muito deste município, claro que isso é decorrência de algo que já vem anteriormente nada foi



surgido de um dia para o outro. Há um ano foi feita uma audiência pública sobre segurança pública infelizmente não tivemos nem 20 pessoas de público. Depois que aumentou muito a violência no município, todos estão querendo resultados. Começamos um trabalho nas escolas mostrando aos diretores o que eles poderiam fazer em cada caso que acontecia em suas escolas. Tenho quatro anos e seis meses aqui comarca e não recebi um ofício me dando retorno. As escolas só batem na porta da polícia quando entram lá e levam tudo, normalmente não começa aí, começa um pouco antes. Com relação a nossa cadeia ela está presté a cair, não foi pedida a interdição da cadeia, porque entendo que a sensação de segurança também conta muito para a comunidade e como estaríamos se não tivéssemos este meio pedaço funcionando e sem saber onde procurar a polícia civil e militar, porque funcionavam os dois na mesma casa. O Tenente Neres está aqui e minha testemunha de que trabalhamos no começo do ano passado muito para revertermos alguns quadros que acabaram acontecendo e não foi possível. Vamos continuar participando todos, a viatura da PM desde o ano passado já tem um celular que seria só para receber ligações, mas infelizmente isso é algo p' se verificar internamente o porquê o telefone não está atendendo. Assim como Dr. Fábio e Dr. Jean disseram ratifico suas palavras que não tem como ter segurança pública se a comunidade não participa. Sei do receio, claro ninguém quer colocar sua cabeça a prêmio, mas também não dá para simplesmente se manter Cilene. Vamos trabalhar com o que temos, pois o que eu senti que o ansieio principal de todos aqui é: vamos fazer o quê? Como vamos resolver? Então acho que foi dito aqui muito a questão da blitz, a preocupação com os motoqueiros, os cidadãos de bem, sentem-se incomodados, mas acredito que pai e mãe ensinar filho que tem que seguir a lei é um bom começo. Quero parabenizá-los pela presença e iniciativa de todos aqui com o compromisso que podemos firmar aqui é de ir a diante. Nota informativa da Dr. Patricia Sobral juíza de direito da comarca de São Gonçalo informando motivo da sua ausência na audiência pública. Com a palavra o Presidente da Câmara Sr. **Gonçalo Raimundo** solicitando informações sobre os números de contingente policial em São Gonçalo ao Major Ricardo. Com a palavra o **Major Ricardo**: com relação ao problema do efetivo já fizemos um documento para Coronel Josué. Tenente Neres é um oficial com a situação da região, iremos trabalhar em cima do que temos com vontade de trabalhar e responsabilidade, se isso for o suficiente iremos chegar a um bom termo na região, se não for iremos



começar a pedir socorro para as autoridades que podem nos socorrer, fazemos um trabalho voltado ao policiamento comunitário e uma das bases do policiamento comunitário é justamente a permanência do pessoal no município. Muitas pessoas falaram aqui nas violências nas escolas. Se eu não me engano já foi assinado um convênio entre a secretaria de segurança pública e a secretaria de educação do estado e na região metropolitana já está sendo efetivado esse tipo de convênio e eu tenho certeza que vai ser estendido pelo interior do estado, é preciso que as autoridades que estão à frente para ver se nós conseguimos puxar imediatamente para o outro palco de cima, esse trabalho vai ser um trabalho que o policial militar na folga ele vai poder exercer suas atividades e vai poder trabalhar diretamente nas escolas. Só para terminar o vereador me falou sobre o conselho comunitário de segurança, nós temos que pensar nessa possibilidade urgente se aqui não tem conselho que seja formado um imediatamente. Nós vamos procurar dá os elementos técnicos, passar para o senhor ou falar com o sargento Alberico para passar essa documentação mais rápido possível, agora só quero pedir ao senhor o seguinte: as pessoas que se responsabilizem em fazer parte do conselho comunitário de segurança, por favor, esqueçam os partidos políticos esqueçam o vínculo com o prefeito, vereadores e vamos trabalhar com relação a segurança pública, eu já vi muitos conselhos comunitários em cidades não conseguirem andar em virtude das questões políticas, então a gente tem que deixar a política partidária mais de lado e cuidar da segurança pública, porque esse é o motivo principal da nossa estada aqui. Eu tenho certeza que a gente vai mudar a cara desse jogo e vai mudar as questões de violência da região, muito obrigado e um abraço. Com a palavra o **representante do Prefeito de Amélia Rodrigues**: boa tarde a todos munícipe, boa tarde à mesa, é um prazer muito grande participar dessa equipe, esse momento instrutivo o prefeito de Amélia Rodrigues, Antonio Carlos Paim Cardoso conhecido como Toinho do PT, gostaria muitissimo de participar dessa audiência, mas devido ao compromisso inadiável na OPB não pode comparecer, mas me pediu que diligenciasse essa representatividade perante vossa excelência, perante todas as autoridades, eu faço isso com honra. Gostaria de fazer minha sugestão, então apenas em nível de enriquecimento dos trabalhos gostaria de sugerir que todos os munícipes presentes, inclusive os participantes fotocopiassem a Ata, o livro de assinaturas para que no encaminhamento ao governador estivéssemos ali um respaldo popular, porque tudo que foi dito aqui, tudo que foi consignado



nessa mesa só tem sentido graças à iniciativa popular. Sendo assim, para não me alongar mais só digo uma coisa: tudo que foi dito aqui só terá valor se conjugarmos duas energias – Deus e Amor – Então, com certeza a força dos homens se fará valer, as autoridades competentes saberão dirigir seus trabalhos, Deus abençoe todos vocês e tenham todos, uma boa tarde.

**Ubiratan Almeida (vereador), popular Bira de Maroto.** Excelentíssimo SR. Presidente da câmara de São Gonçalo ,SR. Gonçalo Raimundo Alves de Oliveira pela desigualdade do tempo complementar a todas as autoridades na pessoa do Ilustre presidente em 1º lugar transmitir apoio fraternal ,abraço ao meu comandante tenente coronel José Jorge Nascimento que por impedimento de serviço ele não pode se fazer presente mais mandou transmitir a todos ,fraternal abraço.Bom ao edil Ubiratan tenho a responder o seguinte : De fato há impedimento legal. Antonio Dessa Cardozo, Prefeito Municipal, apoio a policia militar e policia civil discurso desse comerciante se foi politico eu não vim aqui para fazer politica. Politica eu fiz o ano passado e ganhei bem eu vim para cá tendo a mobilização em Salvador aonde estão agora reunidos na UPB união dos prefeito da Bahia quase 400 prefeito discutindo problemas do municipios e eu deveria estar lá . Quer eu fui nomeado por Roberto Maia um dos responsáveis por esse movimento.

Estou aqui participando desse evento , são mais importante os eventos do meu municipio do que evento Estadual. Esta lá quase 400 prefeitos reunidos e que quase todos vão embarcar hoje há tarde junto comigo par Brasília para participar amanha de um encontro Nacional dos prefeito do Brasil. Estamos aqui presente mais o Deputado Zé Neto não pode ficar ate o final com medo porque morreu um amigo dele em Feira de Santana . É o único enterro que eu vejo acontecer 12:00 É o enterro do amigo do Deputado Zé Neto , meus amigos minhas amigas compromisso aqui volta destacar , os politicos que vieram de fora teve Lucio e Bira Coroa venha Bira quantas vezes quiser a São Gonçalo e hora quer vier passe em São Gonçalo e me dar a honra de tomar um cafezinho com a gente na prefeitura ,conte com Furão e com grupo dele pra tudo em São Gonçalo e em homenagem e o respeito que teve com o povo desta terra , mais meu amigo e minhas amigas e ajude que o municipio esta dando a segurança de São Gonçalo não para só por ai. Combustível, alimentação dos policiais, casa para delegacia, casa para policia militar e antes de começar a reunião e essa audiência pública eu disse a Dr. Jean e Dr. Fábio Lordelo , esqueça a viatura e vou buscar outra ajuda para policia de São Gonçalo, porque o Prefeito Furão nesses dez dias



vai dar um carro novo a policia de São Gonçalo dos Campos. Em janeiro pegamos uma guarda municipal com pouco mais de 12 homens, você saber Cacau que você foi o chefe de do setor pessoal e hoje temos 50 funcionários porque eu ampliei para melhorar a segurança de São Gonçalo. Eles não vão prender ninguém, porque não podem, mas dar suporte a policia militar, Jorge Nei e Val que são hoje responsáveis pelo comando que dar suporte a policia, como deram sexta feira a noite aonde Ramos gerente da Caixa chegou hoje me disse: na sexta feira de madrugada de sexta para sábado a Caixa Econômica teve um dos seus caixa eletrônico assaltados. Não foi isso senhor Ramos. A guarda municipal percebeu, ligou para policia avisando, vocês apareceram e quando eu bato de frete eu vou aqui elogiar também uma vez policiais eu recebo cara feia ,pessoa inchado não tenho medo de cara feia se falaram tantas viaturas que o estado comprou mais o grupo Jades aqui é dono do Jornal Feira Hoje. Não havendo mais ondores, o Exmº. Sr. Gonçalo Raimundo A. de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença de todos os presentes e pediu que esta audiência não ficasse só nas palavras, mas que todos procurem fazer alguma coisa para encontrar soluções juntos. Eu, Maria Gorete Evangelista do Rosário, Secretária da Câmara Municipal, digitei a presente Ata.